

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB  
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE

**REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE MÃES ACERCA DA ADOLESCÊNCIA**

IRACEMA DE ABRANTES SOUTO

Brasília

2008

IRACEMA DE ABRANTES SOUTO

## REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE MÃES ACERCA DA ADOLESCÊNCIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde na Universidade de Brasília - UnB como requisito parcial à obtenção do grau mestre

Orientadora: Professora Dra. Jane Lynn Garrison Dytz

Brasília

2008

IRACEMA DE ABRANTES SOUTO

REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE MÃES ACERCA DA ADOLESCÊNCIA

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do grau de mestre, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde na Universidade de Brasília.

Professores que compuseram a banca:

---

Orientadora: Profa. Dra. Jane Lynn Garrison Dytz

---

Membro Efetivo: Profa. Dra. Helena Eri Shimizu

---

Membro Efetivo: Profa. Dra. Maria da Glória Lima

---

Membro Suplente: Profa. Dra. Tereza Cristina Siqueira Cerqueira

Brasília, 15 de fevereiro de 2008.

## ESPECIAL AGRADECIMENTO

Muito obrigada!

À professora Jane Lynn Garrison Dytz, pela motivação, profundo interesse e compromisso social e acadêmico em todo o processo de construção e reconstrução desta pesquisa que ora se conclui.

Às professoras Helena Eri Shimizu, Maria da Glória Lima, Maria Aparecida Gussi, pela dedicação competente e sincera para a realização deste trabalho.

Aos companheiros com que a vida me presenteou, Jacy Afonso, Antonio Victor, Fátima Aparecida, os quais tanto bem fizeram à minha alma ao se colocarem amorosamente como cúmplices de minhas buscas no mundo do conhecimento.

O grande mérito desta dissertação se credita às disponibilidades dessas mães em exporem de forma pura e sincera suas histórias de vida, permeadas de emoções, sentimentos, mágoas, forças.

As atitudes dessas mulheres, que em sua simplicidade, mesmo sem se darem conta, ou sequer passarem pelas entranhas da academia, contribuíram na formulação de um conhecimento, semente de uma possibilidade de produzir saúde num paradigma em que o ser e seu sofrimento são objetos de intervenção profissional cujo tratamento não passa apenas por protocolos onde predomina o sintoma físico, mas a compreensão da dor que acompanha certas vivências, sem precisar transformá-las em sintomas físicos para serem acolhidas.

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo identificar a representação social de mães acerca da adolescência, buscando entender as formas como elas elaboram esse conhecimento e como se processam no dia-a-dia, a partir de um determinado contexto social e cultural, as relações entre elas e os filhos adolescentes. Para tanto, utilizou-se o referencial da Teoria das Representações Sociais, numa perspectiva etnográfica. Participaram deste estudo 14 mães, com idade entre 30 e 55 anos, residentes em uma região urbana periférica de baixa renda do Distrito Federal, que buscaram atendimento no centro de saúde em 2006. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, após obtenção de consentimento livre e esclarecido. Para a organização e análise dos dados foram utilizados os recursos do software Alceste. Os dados foram sistematizados em dois eixos: trajetória da família e a adolescência, compostos por quatro classes temáticas: 1. Contexto familiar e maternidade; 2. A trajetória da mãe; 3. A trajetória do adolescente; 4. A percepção da mãe sobre adolescência. Os resultados indicam que adolescência é representada como um tempo ainda em construção em que o negativo, o arriscado delineiam este processo. Elas sentem-se surpreendidas com as mudanças de comportamento do(a) filho(a) adolescente. Para falar do adolescente e de sua relação com ele ou ela, as mães fazem um resgate do contexto familiar por ocasião da gestação e do nascimento do(a) filho(a) e discorrem sobre situações de abandono, carência afetiva e social. Tais lembranças afloram o conteúdo de medo e culpa. Conclui-se que há formas diferentes de conceber a adolescência, corroborando, assim, a tendência mais recente que propõe a adolescência como uma condição construída historicamente.

Palavras-chave: Mãe, Adolescência, Vulnerabilidade, Representação Social.

## **ABSTRACT**

The purpose of this study was to identify the social representation that mothers have about adolescence, seeking to understanding the ways in which they elaborate this knowledge and how they relate to their adolescent children on a daily basis, within a specific social and cultural context. For such, an ethnographic perspective of the Social Representation Theory was used. Fourteen mothers participated in this study, aged from 30 to 55 years, residents of a low income urban region located in the periphery of the Federal District, all of which had attended the health care center in 2006. Semi-structured interviews were carried out, following informed consent. For data organization and treatment the software ALCESTE was used. Data was classified into two axis: family history and adolescence, comprised by four thematic classes: 1. Family context and maternity; 3. The adolescent's history; 2. The mother's history; 4. The mother's perception about adolescence. The results point out that adolescence is represented as a time still in construction where the negative, the hazardous delineate this process. They are surprised with the behavior changes in their son or daughter. In order to talk about the adolescent and their relationship with him or her, the mothers review the family's context at the time of his or her's gestation and birth and talk about situations of abandonment, social and emotional deprivations. Such memories bring forth the content of fear and guilt. The author concludes that there are different forms of conceiving adolescence, thus confirming the most recent tendency which considers adolescence as a historically constructed condition.

Keywords: Mother, Adolescence, Vulnerability, Social Representation.

## SUMÁRIO

Resumo .....	v	
Abstract .....	vi	
Lista de Siglas e Abreviaturas .....	viii	
Lista de Tabelas e Figuras .....	ix	
APRESENTAÇÃO .....	10	
INTRODUÇÃO .....	12	
<b>CAPÍTULO 1 - ADOLESCÊNCIA, VULNERABILIDADE E FAMÍLIA .....</b>	<b>20</b>	
1.1 Adolescência .....	20	
1.1.1 Aspectos conceituais .....	20	
1.2 Adolescência e o impacto da pobreza econômica e vulnerabilidade social ...	29	
1.3 Adolescência e risco de morte .....	33	
1.4 Mudanças na família .....	38	
<b>CAPÍTULO 2 - REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO .....</b>	<b>43</b>	
2.1 A teoria das representações sociais .....	43	
2.1.1 A perspectiva etnográfica .....	46	
<b>CAPÍTULO 3 - Metodologia .....</b>	<b>49</b>	
3.1 Caminho metodológico .....	49	
3.2 Descrição do campo da pesquisa .....	49	
3.3 Trabalho de campo .....	52	
3.4 Análise dos dados .....	54	
<b>CAPÍTULO 4 - Resultados e discussões .....</b>	<b>56</b>	
4.1 Caracterização das famílias .....	56	
4.2 Particularidades das mães e dos filhos: manifestações expressas nas entrevistas	61	
4.2.1 Primeiro Eixo Temático “Trajetória da família” .....	62	
4.2.1.1. Classe Temática 1- “Contexto familiar e maternidade” .....	62	
4.2.1.2. Classe temática 3 –”Trajetória da mãe” .....	67	
4.2.1.3. Classe temática 2- “Trajetória do adolescente” .....	71	
4.2.2 Segundo Eixo Temático “A adolescência” .....	75	
4.2.2.1. Classe temática 4- “Percepção da mãe sobre adolescência” .....	71	
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>79</b>	
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>83</b>	
<b>ANEXOS .....</b>	<b>91</b>	

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Alceste	<i>Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte</i>
CDS	Centro de Desenvolvimento Social
CHD	Classificação Hierárquica Descendente
CNS	Conselho Nacional de Saúde
DF	Distrito Federal
DST-Aids	<i>Doenças Sexualmente Transmissíveis-Acquired Immunodeficiency Syndrome</i>
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
SENAD	Secretaria Nacional Antidrogas
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
GDF	Governo do Distrito Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPAS	Organização Panamericana de Saúde
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRAIA	Programa de Atenção Integral ao Adolescente
RS	Representação Social
SES/DF	Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

## LISTA DE TABELAS E FIGURAS

TABELA 1 -	Comparação da taxa de mortalidade por homicídio, em números absolutos e percentuais, entre jovens brasileiros de 10 a 19 anos e o restante da população, nos anos de 1996, 2000 e 2004. ....	34
TABELA 2 -	Taxa de mortalidade, por homicídio, em números absolutos e percentuais, de jovens brasileiros, segundo sexo e faixa etária, nos anos de 1996, 2000 e 2004. ....	35
TABELA 3 -	Características sociodemográficas das 14 famílias pesquisadas, no Paranoá-DF, em 2006.	56
TABELA 4 -	Características sociodemográficas das mães e dos pais das 14 famílias pesquisadas, no Paranoá-DF, em 2006. ....	58
TABELA 5 -	Características sociodemográficas dos 48 filhos das 14 famílias entrevistadas, no Paranoá-DF, em 2006. ....	59
FIGURA 1 -	Dendograma gerado pelo Programa Alceste. ....	63
TABELA 6 -	Palavras mais significativas da classe 1. ....	63
TABELA 7 -	Palavras mais significativas da classe 3. ....	67
TABELA 8 -	Palavras mais significativas da classe 3. ....	72
TABELA 9 -	Palavras mais significativas da classe 4. ....	75

## APRESENTAÇÃO

O principal esteio dessa pesquisa foi a minha chegada, há sete anos, na comunidade do Paranoá como profissional de serviço social do centro de saúde 01 dessa comunidade. Nunca antes havia trabalhado com adolescentes, e no do Programa de Atenção Integral ao Adolescente – PRAIA, qualquer profissional que tivesse interesse de se somar à equipe, composta na época por três médicos, era bem-vindo. Foi a partir desse trabalho que comecei a ter um olhar mais atento para a questão da adolescência. E como consequência, as demandas sobre essa temática começaram a se tornar mais visíveis em meu trabalho. Os acolhimentos no serviço social, as participações de mães na terapia comunitária e a própria demanda do PRAIA realçaram a temática da adolescência.

Logo percebi que não bastava apenas compromisso, também seria indispensável o conhecimento sistematizado, dada a complexidade que o tema alcança. Há uma cadeia de relações sociais e de referências simbólicas que compõe as demandas dos pais, mais especificamente das mães, visto que são elas que dormem em filas das instituições públicas em busca de atendimento para a família.

Assim também como a fala dos adolescentes nas atividades do PRAIA, as demandas, mesmo quando individuais, dos adolescentes ao serviço social estão carregadas de um conteúdo socioeconômico e subjetivo de difícil apreensão que carregam para si no esboço de sua identidade.

Para enfrentar a tarefa de conhecer essa etapa da vida, a adolescência, a primeira pergunta que se impôs foi o que é adolescência, e um estudo se iniciou. A partir desse entendimento, outras questões foram puxadas, como, por exemplo, qual seria a percepção das mães que demandavam atendimentos em que a queixa principal eram as dificuldades no compartilhar “de uma etapa das vidas” de seus filhos na qual um “estranhamento” na relação entre mãe e filho(a) se instalava de forma corrosiva.

Na seqüência, outra questão que se apresentou foi qual era o cenário vivido por essa díade mãe e filho até se chegar a essa etapa em que eles, filhos, se tornaram um problema no olhar de suas mães. Seria a adolescência pura e simplesmente dada, ou acomodaria outros processos vividos que foram se afunilando nessa construção?

Essas questões, a partir de uma abordagem qualitativa das falas de mães de uma mesma comunidade, inseridas em um cenário socioeconômico compartilhado, me permitiram uma (re)leitura dos processos construtivos e da reconstrução do sentido do que é a adolescência de seus filhos.

Para se alcançar essa compreensão, a teoria das representações sociais foi norteadora desse trabalho. Logo, para tal tarefa um elemento fundamental a se perseguir é a possibilidade de mediação do subjetivo e o coletivo que estão assegurados na teoria das representações sociais em uma perspectiva etnográfica totalmente validada por Moscovici e Jodelet.

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é identificar a representação social de mães acerca da adolescência, buscando entender as formas como elas elaboram esse conhecimento e como se processam no dia-a-dia, a partir de um determinado contexto social e cultural, as relações entre elas e os filhos adolescentes.

A adolescência é uma fase da vida marcada por ambivalências, seja em relação às questões mais objetivas, como aquelas relacionadas à transição do corpo infantil para do adulto, seja por conta de questões subjetivas, como as emoções, os novos sentimentos que começam a se revelar e pressionam para as mudanças, confrontando-se com o desejo de manter as coisas exatamente como têm sido.

O consenso sobre essa etapa da vida é que as mentes e corpos dos adolescentes formam estruturas que estão passando, invariavelmente, por vários graus no processo de mudança. Os conflitos vividos na adolescência, em razão das suas rupturas e o desafio de reorganizar-se, de fazer escolhas, sugerem uma maior vulnerabilidade nesse período da vida (BECKER, 2003; ALBERTI, 2004).

Para Kehl (2004), em uma sociedade moderna, industrial, essa passagem do corpo de criança para a função adulta é sobremaneira ritualizada pelo mercado de consumo, na medida em que essa sociedade começou a privilegiar a cultura adolescente e criou todo um estereótipo de beleza, vitalidade, sensualidade e felicidade que podem ser compradas nessa fase da vida.

De certo modo, sem distinções de classes sociais, a imagem do adolescente, difundida pelos meios de comunicação e publicidade, alimenta um perfil da adolescência que traz alguns benefícios, como uma cultura do prazer e da vitalidade, mas também traz novos problemas, como uma dinâmica da violência entre os que se sentem incluídos pela via da imagem, mas sem acesso ao consumo.

Quando se aproxima do tema adolescência, as questões socioeconômicas podem, a princípio, parecer residuais, mas por meio de um olhar mais acurado, essas questões vão ganhando contornos preocupantes, principalmente quando se consideram as estatísticas que colocam as taxas de vitimização de adolescentes e jovens brasileiros entre as mais altas do mundo. Hoje, as maiores vítimas da violência urbana são jovens, sendo que desse total, a grande maioria (80%) são homens pobres e da periferia (BRASIL, 2001; ODÁLIO, 2004).

Na minha prática profissional, como assistente social atuando na atenção básica à saúde numa região de renda baixa no Distrito Federal, tenho observado crescente demanda por parte

das mães da comunidade em relação à problemática da adolescência. Elas buscam ajuda na unidade básica de saúde para os conflitos vividos na díade mãe-filho nessa fase da vida porque se sentem incapazes de ajudarem os filhos a atravessar o período da adolescência e experimentam um sentimento de medo e impotência em relação ao presente e futuro dos seus filhos.

A adolescência, por ser uma etapa de transição, de ambivalência, de ruptura, de separação, causa muita preocupação, que somada à instabilidade social e com a atual situação de violência que vitima uma população bem jovem, gera muita angústia entre os pais.

As mães trazem relatos de sofrimento emocional, muitas vezes somatizados para o corpo físico, que é experienciado por elas e/ou pelos próprios filhos ao se depararem com uma sensação de “estranhamento” na relação mãe-filho. Essa situação não é exclusividade de famílias como essas, pois perpassa toda a sociedade como um problema do nosso tempo. Logo, isso parece ser condição suficiente para o aprofundamento e enfrentamento da questão.

Dimenstein (1993) chama a atenção sobre o valor da vida a partir de um contexto social e econômico empobrecido, produzido em especial nos países capitalistas periféricos. O autor fala de uma certa tendência de “desintegração familiar” que traz consigo reflexões importantes sobre esse valor para as crianças que crescem nesse tipo de contexto social.

Nesse mesmo contexto, Arpini (2003) traz uma contribuição relevante ao lançar luz sobre o perverso processo de instalação de um círculo vicioso de pouca demonstração de afeto nos vínculos familiares e de reprodução da violência intrafamiliar, localizada no interior das famílias urbanas brasileiras, que vivenciam a mobilidade social descendente paralela à fragmentação familiar, em que se desloca para a mulher o papel de provedora. A autora observa que nesse tipo de composição familiar a mãe se torna a figura de autoridade, e o gerenciamento dessa nova composição, em geral, leva a pouca demonstração de afeto e à imposição da violência como única forma de “manter as rédeas”.

De acordo com Kehl (2004), a instabilidade social sofrida nas últimas décadas pode tornar a adolescência uma idade mais crítica, independentemente da classe social a que se pertença, essa mesma família que vem internamente deslocando os papéis.

Dados da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD), realizada de 1992 a 2001, destacam algumas tendências atuais no perfil da família brasileira. O número relativo de famílias nas quais a pessoa de referência é a mulher cresceu cerca de 24,7%, sobretudo nos centros urbanos. Para 2001, a PNAD projetou em cerca de 13,8 milhões (27,3%) o número de arranjos familiares em que a mulher era a pessoa de referência (FIBGE, 2002).

Outra tendência é a redução gradativa da mortalidade infantil ao longo dos anos, no Brasil, principalmente nas áreas e regiões onde os níveis eram mais elevados. No entanto, a mortalidade de jovens e adultos por causas externas vem aumentando e se generalizando em todo o país (BRASIL, 2007).

Esse fenômeno resulta em custos sociais altíssimos. Os efeitos da exposição exagerada à violência não são apenas morais e de dramas pessoais, mas configuram um problema de saúde pública que tem provocado forte impacto na morbidade e na morbimortalidade da população, invalidando poucos anos mais tarde os investimentos realizados durante a infância.

Há ainda o problema da gravidez precoce. Levantamento recente do Ministério da Saúde mostra que as adolescentes com idade de 15 a 17 anos representam 20% do total de partos realizados pelo SUS e que a cada semana cinco adolescentes morrem em decorrência do parto (BRASIL, 2006).

Cabe notar que por mais que o Estado possa se preparar para intervir nessa situação, ele não pode ser o único a combater a violência. Essa responsabilidade deve ser também da família e da sociedade como um todo na defesa da vida, visto que um compromisso fundamental da sociedade democrática é a manutenção do direito à vida.

Nessa perspectiva, na real possibilidade de (re)construção dos processos estabelecidos historicamente nas relações humanas, mais especificamente nos casos de mães que vivenciam situação de desintegração familiar e que se procuram por se sentirem amedrontadas, impotentes, desprovidas de recursos internos para se sustentarem e sustentar a adolescência de seus filhos, é que alimenta o compromisso ético de buscar sempre outras alternativas comprometidas e eficientes de entendimento para questões que trazem tanto sofrimento para as partes envolvidas no problema e para a sociedade como um todo.

Sampaio *et al* (1996) falam da importância do reinventar técnicas criativas de intervenção na prática de atenção à vida, porém acrescentam que não há uma única teoria e um único tratamento científico para tal, visto que a condição humana traz, em si, jeitos diferentes de gozar e sofrer essa condição, de enfrentar os mistérios da esperança, da felicidade e da morte. Portanto, é necessário pensar cada problemática localizada no tempo e contextualizada social e culturalmente, a fim de evitar as simplificações fáceis e as generalizações infundadas.

E esse desafio vai se revelando, se instalando e pedindo atenção a partir das experiências vivenciadas no atendimento às demandas de saúde que, hoje, mais que antes, permitem trazer o processo do adoecer vinculado a histórias pessoais, a relações de crescimento e sofrimento. Essa relação que está sendo estabelecida entre profissionais e usuários, impõe aos profissionais

de saúde o desafio de uma prática para além dos paradigmas científico-cartesianos, um processo constante de capacitação e um compartilhar de saberes, ou seja, a construção de um paradigma que implica o reconhecimento do dinamismo e da interdependência de múltiplos fatores que permeiam esse processo.

A representação social defendida por Moscovici (2003, p.21), se coloca como referencial pertinente a este propósito:

Um sistema de valores, idéias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilita às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilita que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambigüidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social.

Optar por estudar essa temática, na perspectiva das representações sociais, é estudá-la com vistas a um olhar voltado para a compreensão de um conhecimento empírico e compartilhado por um determinado grupo social. Com este norte procurou-se compreender as formas de que as mães lançam mão para elaborar, transformar e interpretar a adolescência de seus filhos. O diálogo mantido foi direcionado no sentido de conhecer os pensamentos, sentimentos, percepções e experiências de vida compartilhadas por crenças, atitudes, valores e informações absorvidas, que são disseminadas por diferentes modalidades de comunicação. Soma-se a esses elementos o contexto social, no qual estão inseridas, compondo assim o palco onde se gestam e tornam concretos os fenômenos sociais passíveis de serem identificados e mapeados.

Esta opção vai também ao encontro de DiGiacomo *apud* Coutinho (2005, p.23) que define representações sociais como um conjunto de conteúdos avaliativos evocados por qualquer objeto no ambiente de uma população específica com base em critérios de avaliação social. Desse modo, a teoria das RS proporciona um modelo adequado para clarear o papel dos fatores cognitivos e sociopsicológicos na construção social das representações que os indivíduos possam ter sobre a realidade.

Para traçar o caminho metodológico na pesquisa em representação social de um objeto, segundo Sá (1998) deve-se, inicialmente, verificar a plausibilidade da sua existência enquanto fenômeno concreto. Na seqüência, a possibilidade da abordagem de acordo com os pressupostos da teoria das representações sociais e os recursos metodológicos disponíveis. Ainda segundo o pensamento desse autor, a “construção do objeto de pesquisa é o processo pelos quais essas questões são previamente analisadas e as soluções pertinentes delineadas” (SÁ, 1998, p.15).

espaldo nestes referenciais e na busca de respostas a inquietantes indagações postas no cotidiano do centro de saúde, buscou-se então identificar a representação social de mães de adolescentes, ou seja, estudar o processo de mediação entre elas e o mundo.

Essa escolha coaduna-se com Moscovici, quando afirma que uma representação social é sempre uma representação de um sujeito em relação a um objeto. Assim, a representação emerge como um instrumento de cognição que permite às mães interpretar os comportamentos dos filhos adolescentes, por meio de suas sensações, de suas ações e de suas experiências, dando-lhes um significado e um valor que são adquiridos ao longo da convivência com eles, resultados de suas relações e trocas. Em síntese, é na permuta de suas relações sociais, que se processam na instituição da família, da comunidade, da escola, do grupo de pares e outras, que o indivíduo constrói as representações do mundo.

Para que uma representação social possa ser objeto de conhecimento, faz-se necessário que passe por um processo transformativo, pois não é possível a interiorização de um objeto em seu estado bruto na mente das pessoas. É sabido que no processo de representação existe uma construção diferenciada dos objetos que difere de pessoa para pessoa, pois cada indivíduo acrescenta facetas particulares e específicas condicionadas às suas experiências anteriores.

Para Moscovici (1986), o importante é que as representações sociais situem-se no universo consensual das pessoas, o que significa dizer que a representação social é um conceito e um fenômeno pertencente ao subjetivo e intersubjetivo, simultaneamente. Elas representam não só o objeto, mas também o sujeito que o representa. Ainda segundo Moscovici, as representações sociais devem ser compreendidas como um conhecimento do senso comum, socialmente construído e partilhado, que se encontra na mente das pessoas, na mídia, nos comentários das rádios, jornais e TVs e em qualquer espaço social onde haja comunicação. Daí, a proposição teórica, a representação social é sempre de alguém (o sujeito) e de alguma coisa (o objeto).

Mediante essas premissas fica evidenciado que as representações que as mães possuem acerca da adolescência advêm de conhecimentos veiculados na mídia, nas conversas diretas ou indiretas com todos aqueles que pertencem ao seu contexto social e são (re)elaboradas à medida que esse conhecimento vai tomando forma por meio dos processos cognitivos, afetivos e emocionais.

A incorporação, pelos profissionais, do conhecimento que é partilhado no senso comum, poderá facilitar uma reorientação no acompanhamento das famílias. Nesta linha, o conhecimento das representações sociais permite uma resignificação dos valores, crenças, percepções e conseqüentemente a possibilidade de tornar mais efetiva as intervenções.

A escolha por ouvir mães transcendeu a dados estatísticos de serem elas as que mais freqüentam o centro de saúde. Foi ainda pela solidão observada ao expressar suas dores e dúvidas junto com reflexões provocadas pelas leituras que apontam as transformações

socioculturais relativas ao papel social da mulher, intensificado pelos movimentos sociais feministas. A histórica atribuição às mulheres, nas várias sociedades, da tarefa de cuidar dos filhos ainda confere um peso específico em nossa sociedade.

É a mulher que convive mais de perto com o dia-a-dia da vida na família, também é a mulher que traduz o maior empenho na solução dos conflitos envolvendo os filhos, em busca de um equilíbrio psicológico e, somado a isso, é ela quem está nas filas das instituições assistenciais, buscando mobilizar direitos e também denunciando os deficits dos serviços públicos e assumindo cada vez mais a responsabilidade de provedora (VASCONCELOS, 1999).

Logo, conhecer as idéias, as emoções e as reações de um grupo de mães de adolescentes, a partir de seus depoimentos, foi o caminho que percorri para identificar as representações no que tange à adolescência.

O texto está distribuído em quatro capítulos: O primeiro traz uma retrospectiva histórica e conceitual da adolescência, enfocando alguns conceitos gerais relacionados a essa área do desenvolvimento humano; o impacto da pobreza econômica e social e o risco de morrer, o que coloca grande parcela de adolescentes brasileiros em situação de extrema vulnerabilidade e a discussão do papel da família, as mudanças sociais que estão afetando a estrutura familiar.

O segundo capítulo diz respeito às aproximações com o referencial teórico das representações sociais e a perspectiva etnográfica. O terceiro, aborda o caminho metodológico percorrido e o trabalho de campo. O quarto traz a construção do conhecimento do senso comum sobre adolescência apreendida por meio das entrevistas. Por último, são apresentadas algumas considerações gerais sobre a pesquisa.

## CAPÍTULO 1 - ADOLESCÊNCIA, VULNERABILIDADE E FAMÍLIA

A palavra adolescência, comumente, é empregada no singular, mas, conforme será visto neste capítulo, são múltiplas as formas de vivê-la. Partiu-se da premissa de que a adolescência está inserida em um contexto social carregado de uma enorme dívida social. Esse termo se refere a todo um processo histórico-político da sociedade brasileira, marcado pela exclusão de parcela da população do acesso a bens e serviços essenciais, do não-reconhecimento de sua cidadania e de proteção social restrita. Esse processo é mais sentido nas periferias de centros urbanos, onde muitos adolescentes nem sequer têm assegurados os direitos mínimos que garantam uma margem de sobrevivência digna. Assim, esta revisão abordará aspectos conceituais da adolescência, aspectos relacionados à vulnerabilidade social e o papel da família, bem como as mudanças pelas quais ela passa na sociedade moderna.

### 1.1 Adolescência

O primeiro grande salto para a vida é o nascimento. O segundo é a adolescência (Eduardo Kalina).

#### 1.1.1 Aspectos conceituais

O conceito de adolescência, como uma fase distinta do desenvolvimento humano, é relativamente recente na sociedade moderna. Apesar de avanços nos estudos sobre desenvolvimento e psicologia infanto-juvenil, realizados durante as décadas de 40 e 50, somente nos últimos trinta anos tem havido um interesse crescente por parte de especialistas e da sociedade na busca do entendimento dessa etapa da vida.

Existem muitas teorias, com formulações distintas, que buscam explicar a adolescência, e é por meio delas que a sociedade vê, compreende e se relaciona com o adolescente.

Ainda que seja hoje reconhecido como algo natural, algo dado, não se pode esquecer que a noção de adolescência é algo produzido histórico, cultural e socialmente. A adolescência é um fenômeno universal que sofre variações no tempo e na sociedade em que se processa. É por esta razão que os limites etários que definem a adolescência apresentam um caráter histórico-social, ou seja, mudam temporalmente e de sociedade para sociedade, conforme se discutirá a seguir.

Até meados do século XVIII, não havia qualquer reconhecimento dessa fase da vida. Considerava-se apenas a infância, que durava do nascimento aos seis anos de idade. Aos sete anos, as crianças entravam no mundo dos adultos, transformando-se imediatamente em homens

e mulheres jovens, sem passar pela etapa da adolescência, que era totalmente desconhecida (ARIÈS, 1981).

A noção de adolescência foi incorporada como resultado de uma série de profundas mudanças socioculturais e econômicas que ocorreram ao longo dos séculos XIX e XX e que culminou na reorganização da vida social e familiar em função de uma nova dinâmica no mundo do trabalho. Essa dinâmica histórica alterou os conceitos do que era privado e público e inaugurou uma nova moral, instalando-se, portanto, uma nova referência para o convívio social (STRAUS, 1994; OUTEIRAL, 2003; BECKER, 2003).

Ariès (1981) enfatiza que esse novo sentimento em prol da criança e do adolescente foi originariamente um fenômeno burguês: a alta nobreza e o povo, situados nas duas extremidades da escala social, conservaram-se indiferentes a essas mudanças.

Além do avanço científico e o surgimento de uma nova mentalidade em que a escola e a família assumiram nova função em relação à criação dos filhos, a saúde da população, sobretudo das crianças e adolescentes, passou a ser encarada como um elemento importante para o futuro das nações. A classe médica estendeu seu domínio na sociedade, o que resultou na “medicalização” de todas as esferas da vida humana (DONZELOT, 1986).

Após a Segunda Guerra Mundial, a juventude passou a ser foco de atenção. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1959, citou, pela primeira vez, o período da adolescência e a necessidade de definir políticas específicas para essa faixa etária (BECKER, 2003).

Em meados da década de 80, as autoridades brasileiras começaram a se preocupar com a assistência ao escolar e ao adolescente, instituindo em 1986 procedimentos e rotinas para o atendimento dessas faixas etárias, mas na prática houve uma atenção reduzida para os escolares e praticamente nenhuma para o adolescente.

A Organização Panamericana de Saúde (OPAS), em 1990, definiu o marco conceitual da saúde integral do adolescente (OPAS, 1990), ancorado em um enfoque biologicista, direcionado prioritariamente para as questões da sexualidade, gravidez, doenças sexualmente transmissíveis e uso de drogas ilícitas.

Importante também lembrar que este ainda é o paradigma predominante nos programas de atenção à saúde do adolescente vigente no país. Os aspectos relacionados com o desenvolvimento social e psíquico, quando vistos são de forma fragmentada e isolada do seu contexto familiar e social.

É oportuno notar a crítica que Sarti (2004, p.13) faz à banalização quanto ao emprego do termo contextualização e atribui esta falta de rigor à forma com que foi difundido nos meios de comunicação, e o define como:

[...] um mundo de significação do sujeito pesquisado, do ponto de vista do “nativo”. Isso implica não tomar como referência apenas um mundo de significação do pesquisador, no sentido de traduzir o fenômeno em seus termos, mas tentar entender que há outro mundo de significação a ser desvendado, com uma lógica própria [...]. Trata-se de se abrir para maior aproximação possível, na busca do ponto de vista do outro, que dá significado por ele vivido.

Quanto ao referencial cronológico para demarcar adolescência temos divergências: A Organização Mundial de Saúde (OMS), referencia de 10 aos 19 anos, o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) de 12 aos 18 anos, e o Ministério da Saúde, 10 aos 19 anos para os programas de saúde do adolescente (Brasil, 2005). Como o local em que a pesquisa foi desenvolvida é uma unidade de saúde pública optou-se por considerar a faixa etária preconizada pelo Ministério da Saúde.

Mas o que se pode afirmar como consenso na literatura específica, para além da divergência cronológica, é que a adolescência é uma fase em que acontecem importantes mudanças físico-corporais e psicossociais. Vejamos algumas:

A definição sociológica de Minayo-Gomes e Meireles (1997, p.138) destaca a idéia de transição de uma fase da vida para outra:

Adolescência é uma etapa do desenvolvimento humano que se inicia na infância e que ritualiza a entrada na vida adulta. Caracteriza-se por profundas transformações físicas, emocionais e cognitivas. É um período complexo da existência humana, na qual se apresenta uma série de questões que devem ser satisfatoriamente conduzidas para se alcançar uma vida adulta saudável.

Para Eisenstadt (1976, p.2), em todas as sociedades humanas, “os fatos biológicos básicos e comuns são marcados por um conjunto de definições culturais que atribuem a cada grupo etário [...] suas características básicas”.

Ferriani *et al* (2001) aponta que uma das transformações físico-corporais que ocorrem na adolescência é o crescimento em altura, “estirão da adolescência”, quando são ganhos cerca de 50% do peso e 20% da estatura definitiva. Muitos adolescentes experimentem sintomas físicos corporais desagradáveis, como alongamento dos braços e das pernas, bem como o surgimento de acnes e de pêlos, o que lhes causa uma sensação de desajeitamento.

Outeiral (2003) e Tuyama (2006) caracterizam a fase da adolescência com a chegada da puberdade, ou seja, a chegada da maturação sexual, o organismo passa a adquirir a capacidade de exercer a função sexual de reprodução da vida. Inclui a puberdade no processo que classifica como a fase da adolescência.

Na sociedade brasileira, a puberdade inicia-se entre os 9 e 14 anos. Nesse período há o aparecimento progressivo dos caracteres sexuais secundários relacionados ao amadurecimento do sistema reprodutivo. Nas meninas, por exemplo, ocorre o crescimento das mamas e o início da menarca, que pode vir acompanhada de cólica, inchaço, dor de cabeça. Os meninos podem experimentar certo aumento dos mamilos, ejaculações noturnas e engrossamento da voz, mas ainda aparecem os falsetes (BECKER, 2003).

Estudos indicam que nessa fase pubertária a imagem corporal do indivíduo se quebra, ele se torna muito sensível à própria imagem e pode viver um luto da perda do corpo infantil e, ao mesmo tempo, ver ratificado, do ponto de vista físico, o seu sexo - masculino ou feminino. Nesse processo de “desvestir-se da roupagem” da infância e assistir às transformações quase imprevisíveis de seu corpo, o adolescente de ambos os sexos passa por uma transformação em sua percepção de si e de sua interação com o mundo (ECOS, 2003).

Logo, a questão sexual se torna mais presente e começa a se exigir uma recomposição da própria imagem e do comportamento. A sexualidade e o desejo sexual geralmente começam a aparecer juntamente com a chegada da puberdade. A expressão de desejo sexual entre os adolescentes é influenciada pelos valores familiares, culturais e religiosos presentes no contexto em que cresceram. A atividade sexual do adolescente é frequentemente associada a fatores de risco, tais como: doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce e exploração sexual (ARAÚJO, 2002).

Em geral, esse fenômeno é atribuído principalmente a um processo biológico bastante complexo, sujeito à influência dos estímulos ambientais, alcançado gradualmente, sem que haja um consenso entre os especialistas sobre quais os fatores que o acionam, assim como não há uma precisão cronológica para o início dele.

Além das transformações físicas, claramente visíveis, outras mudanças que demarcam a transição para a adolescência e merecem atenção.

No aspecto nutricional, também podem ser observadas freqüentes mudanças nos hábitos alimentares em relação a sua família. São deixados de lado, geralmente em função dos modismos, dos grupos e da sedução da mídia sobre os alimentos industrializados. Outeiral (2003) e Ferriani *et al* (2001) consideram que distúrbios nutricionais, tais como: a obesidade, a bulimia e a anorexia nervosa, devem ser encarados como possíveis tentativas de controle do corpo.

É de se notar também que nessa etapa da vida ocorrem mudanças qualitativas, na capacidade cognitiva, ou seja, o pensamento começa a operar em níveis de abstração (concreto ao abstrato). Assim, o adolescente passa a especular, analisar e criticar as idéias de seu grupo social, o que o coloca na direção oposta à infância e o situa no eixo presente-futuro. Também a sua capacidade de verbalização e argumentação se expandem, o que contribui para diferenciar o adolescente da criança (BECKER, 2003; OUTEIRAL, 2003).

As teorias de base psicanalítica têm contribuído tanto para uma construção simbólica como também tem produzido uma gama de referenciais acerca da adolescência. A aplicação de suas teorias é difundida pelas diversas correntes que estruturam o processo educativo.

A adolescência é também um momento de ruptura com o passado no qual o indivíduo busca construir suas próprias referências. É um momento em que questões polêmicas e fundamentais vêm à tona e, nessa operação, vem a pergunta: quem sou eu? O exercício de respondê-la não prescinde das vivências da infância, inseridas na sua cotidianidade, que são ressignificadas, bem como pelas vivências da própria adolescência (ALBERTI, 2004).

Erikson (1976) entende essa fase como um trabalho de elaboração e de busca da própria identidade, a partir do que o indivíduo recebeu na sua infância. Aí, então, é chegada a hora de estabelecer outros laços e encontrar outras “tribos” para além do ambiente doméstico, caminhar e seguir em frente, inventando seu futuro, o que não é tarefa fácil.

Esse movimento de separação da autoridade dos pais, que se dá com fluxos e refluxos, dentro de um novo contexto social e, por vezes, difícil, é o maior trabalho da adolescência (OUTEIRAL, 2003; SAITO *et al*, 2001). É o momento de desconstrução dos pais perfeitos da infância, mas é preciso lembrar que, durante esse processo paulatino e necessário para a afirmação de sua individualidade, o adolescente precisará retornar aos braços dos pais em busca de recursos para sustentar sua separação.

Por essa via, o adolescente vivencia o impulso de separação daqueles que ao longo de sua vida foram balizadores de seu comportamento: pais, educadores, colegas, entre outros, e o motivo desse impulso é a possibilidade de renunciar às restrições do status de criança. Melhor dizendo: a adolescência em nossa sociedade estabelece, entre outras possibilidades, a experiência de assumir e satisfazer os próprios desejos. Comumente se fala com reticências que agora se “quer pensar com a própria cabeça, ou quer se achar dono de si” (ALBERTI, 2004).

Para muitos pais começam então os “problemas” e o sentimento de enfraquecimento diante dos filhos. Algumas vezes não se acreditam capazes de sustentar as mudanças de comportamento dos filhos adolescentes. Assim como se observa, em muitos casos, a luta para que os filhos voltem a ocupar aquele lugar idealizado na infância, ou mesmo bem antes de seu nascimento (ALBERTI, 2004).

O fato de muitos pais não conseguirem se perceber como modelo identificatório para seus filhos, em função de um sentimento de inferioridade social e fracasso pessoal, trazendo para si essa culpa sem conseguir contextualizar os conflitos, são verdadeiras fontes de sofrimento e de separatividade precoce nessa etapa da vida de seus filhos (ARPINI, 2003).

Ao contrário do que os pais possam imaginar, o adolescente necessita muito do “porto seguro” que possa vir a representar sua família. Nessa etapa de construção de sua identidade, que envolve expansão subjetiva e social, o adolescente faz uso do que lhe foi transmitido na infância como combustível principal para suas buscas, para a modulação de sua singularidade. Mas essa base recebida na infância não é o suficiente para atravessar essa etapa da vida, o que conseqüentemente não permite prescindir da presença dos pais (BEZERRA, 1999; MUZA, 2000).

Há também, por outro lado, as tentativas de minimizar as crises da adolescência, em um movimento de adequação ao que a sociedade espera ou de uniformização da vida cotidiana que não permite espaços para os conflitos geracionais.

Nesse cenário, em que se exige a conformidade, na maioria das vezes de forma rígida, a adolescência perde seu lugar simbólico por excelência, como sendo o lugar da contestação, da renovação, de provocar a reação do *status quo*, de abrir portas, ganhar força e trazer novos conceitos e comportamentos e mudança de cenários (BECKER, 2003; KOLTAI, 2000).

Por fim, não se pode deixar de notar que muitos adolescentes atravessam essa etapa de suas vidas absolutamente alheios a todas essas construções simbólicas, simplesmente vivem. Avançam em direção à idade adulta adquirindo novos valores e revendo outros, aparentemente, de maneira quase ilesa às situações da adolescência e aos conflitos geracionais.

Muitos já tentaram compreender e explicar a adolescência. Em geral, se polariza entre dois aspectos: criança e adolescente, deixando de reconhecer que eles são constituintes do próprio Ser social, ou seja, a criança compõe o adolescente. Os ciclos da vida não acontecem em saltos ou à custa de um sepultamento da etapa anterior. Para Becker (2003), por se tratar de uma experiência, em grande parte por dentro de si mesmo, cada um a vivencia em sua individualidade.

A conexão entre o pensamento individual e as raízes sociais, ao interagirem, se modifica, e, no resultado dessa interação, se constrói a particularidade das experiências individuais e as referências para o agir. Portanto, a qualidade do viver confere elementos da história pessoal e estrutura-se no convívio diário com o outro, que contextualiza e ancora o nosso crescer e garante nossa existência. Em outras palavras: para ser “eu”, primeiro tenho que ser “nós” numa relação (SAITO *et al*, 2001).

Além disso, guardadas algumas diferenças de gênero, classe e grupo, na relativização da adolescência, cabe notar que um cidadão pobre, por exemplo, pode ter sua adolescência abreviada, e outros, privilegiados social e economicamente, poderão ter a sua adolescência esticada. Existem inúmeras possibilidades no campo da adolescência em nossa sociedade, perpassadas pelas determinações socioculturais e econômicas.

Sendo assim, conclui-se que, para entender a adolescência, se faz necessário um olhar mais amplo do que o que se limita a rotular essa etapa da vida como uma etapa de conflito no desenvolvimento humano, subordinando-a, muitas vezes, apenas aos aspectos dos âmbitos biológico e ideológico.

Hoje, já se emprega um termo mais apropriado - *adolescere* - para se referir a essa fase do desenvolvimento que, como se viu, é mais um processo do que um evento único. Em sua origem etimológica, *adolescere* vem do latim, significa *ad* (a, para) e *olescere* (crescer, brotar). Adolescência também vem de *adolescere*, origem da palavra *adoecer*. Portanto, em sua origem, a palavra *adolescere* permite um duplo acesso, remetendo às ambigüidades, aos paradoxos. De um lado a aptidão para emergir; do outro, para *adoecer*: a desordem, a fatalidade (RAMOS *et al*, 2001).

Sobre esses paradoxos vivenciados na adolescência, Anna Freud apud Weil (1978) acrescenta que seriam altamente anormais em outra etapa da vida, mas não nesse momento em que se está construindo uma estrutura adulta, na qual o indivíduo não cessa de experimentar. E assinala sobre o imprescindível nesse processo de flutuação entre extremos: tempo e meios para elaborarem as próprias respostas. Sendo esse tempo, não um tempo cronológico, mas um tempo interior.

A adolescência é um tempo de reinventar-se, mas o contorno dessas margens é determinado, de modo geral, pelo contexto social em que se está inserido. O ato de reinventar-se, portanto, pode significar ou não, a partir do ambiente em que se vive, a passagem de espectador para autor, um resignificar que gere crítica e autocrítica, revisão, vínculos, crescimento e esperança, que serão a base para a própria personalidade, assim como a de mudanças nas estruturas sociais e ideológicas que receberam como herança.

Para Vygotski (1994), a adolescência é o momento em que o sujeito recebe maior influência de seu meio, sendo capaz de correlacionar fatos, questionar e construir objetivamente uma hipótese.

É preciso reconhecer que sendo a adolescência uma época que pode ser especialmente difícil, essa experiência se acentua quando se soma ao problema da rejeição, da invisibilidade social, expressada no olhar do outro que projeta uma coisificação no lugar do sujeito, em um momento em que se está tentando alcançar ser alguém.

Frente às dificuldades subjetivas e sociais, vivenciadas em graus variados, a ausência de condições materiais e/ou afetivas influenciam no processo dos adolescentes de se estabelecerem como sujeitos ativos, assim como no desenvolvimento de mecanismos de enfrentamento das dificuldades inerentes ao viver, que podem aniquilar o desejo de autonomia, o imaginário do futuro, assim como o valor suposto da vida.

## **1.2 Adolescência e o impacto da pobreza econômica e da vulnerabilidade social**

No meio do caminho tinha uma pedra  
tinha uma pedra  
no meio do caminho tinha uma pedra.  
Nunca me esquecerei desse acontecimento  
na vida de minhas retinas tão fatigadas.  
Nunca me esquecerei que no meio do caminho

tinha uma pedra  
tinha uma pedra no meio do caminho  
no meio do caminho tinha uma pedra.

Carlos Drummond de Andrade

O último relatório apresentado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) revela que o Brasil é a décima terceira economia do mundo, mas representa o oitavo país do mundo com pior distribuição de renda e que isso acarreta um agravamento das condições de vida da parcela mais pobre da população (REVISTA RADIS, 2007).

Para Chauí (2001), o Brasil ainda carrega as marcas do colonialismo escravista caracterizado por uma hierarquia social fortemente verticalizada, em que as diferenças e assimetrias eram transformadas em desigualdades e as relações sociais se estruturavam na opressão física e/ou psíquica dos mais humildes.

No Brasil, a forma como está organizada a distribuição de renda redonda em diferentes possibilidades de direito à vida digna. Temos uma Constituição Brasileira que assegura que:

*Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (BRASIL, 1999).*

Entretanto há os que já nascem com seus direitos garantidos e os que já nascem com seus direitos violados ou o são no decorrer da vida. Os primeiros são cidadãos pertencentes a uma elite, em detrimento dos que são vistos e tratados como de segunda categoria, jamais reconhecidos em sua subjetividade e/ou como sujeitos de direitos. Essa divisão de classes, tal como está posta, naturaliza as desigualdades. Daí, a freqüência com que a mulher, o trabalhador, o idoso, o negro, a criança e o adolescente são as maiores vítimas de todas as formas de violência e violação de direitos, o que os coloca como segmentos sociais vulneráveis (BOSI, 1994; CHAÚÍ, 2001; COSTA, 2005).

A cada ano é possível constatar o aumento populacional vinculado à fome, à miséria, às periferias, onde centenas de pessoas morrem por homicídio, por omissão, num país que ao longo dos séculos é massacrado cultural e economicamente. Por outro lado, há um aumento nos meios de produção cujos modelos estão associados a um desenvolvimento tecnológico que não visa a uma distribuição eqüitativa que diminua a distância entre a base e o ápice da pirâmide social, faz com que a exclusão do mercado de trabalho e do acesso a bens e serviços cresça em progressão geométrica, alimentando um ciclo de pobreza e vulnerabilidade social em que se exige cada vez mais, dos que estão na base, o desenvolvimento de relações complexas como estratégias de sobrevivência (MIOTO, 2000; SOARES, 2000).

O quadro social descrito se aproxima da noção de exclusão que ultrapassa a temática de desigualdade. Paugam *apud* Demo (1998) situa o “paradigma de exclusão” para além da desigualdade, atribuindo-lhe a expressão “desfiliação” ou perda de pertencimento, passando a idéia de que tais populações estariam, também, experimentando o sentimento de abandono por parte de todos, e sem condições de mudar essa dada realidade, o que agrava em muito a questão da sobrevivência.

Logo, podemos inferir que a situação vivida por muitos adolescentes que estão na base da pirâmide social, vivem em situação de pobreza, nas periferias urbanas, tendo, portanto, a sua centralidade exatamente nesse paradigma de exclusão.

Há concordância quase unânime entre os cientistas sociais de que a engrenagem estatal brasileira não corresponde à expectativa de assegurar os mínimos direitos humanos a todos como cidadão devido, em parte, ao sistema econômico atroz que foi construído ao longo do tempo no país (SOARES, 2000).

Nesse processo, a máquina publicitária também traz a sua contribuição no plano do imaginário. Ela exerce o papel fundamental na percepção da realidade social, tem uma forte capacidade de influenciar, por exemplo, o desejo de um consumo uniformizado, e personificar o Ser como consumidor, gerando uma hierarquização nas relações sociais: quanto mais se tem, mais valor tem a vida, o que traz conseqüências perversas em uma sociedade com tantas desigualdades sociais e econômicas (SILVA *et al*, 2005).

Essa condição é posta ao adolescente pobre, que se expõe à difícil tarefa de reconhecer-se desacreditado socialmente por não poder consumir, desfrutar de bens materiais, tecnologia e de ter um projeto de futuro que lhe assegure a valorização e a dignidade como cidadão de direito. Esta situação provoca a vivência da angústia existencial da outra face da exclusão, que é a inclusão como elemento de suspeita, delinqüência, violência, fracasso escolar e de desocupação contínua (NOVAES, 2004).

Além da carência material que caracteriza a condição de pobreza econômica, o que já lhe retira a identidade de consumidor de bens e serviços, sedimenta-se dentro da lógica capitalista, a impossibilidade individual de atender às condições dadas para um reconhecimento de uma identidade positiva. Faltam-lhe, muitas vezes, também os vínculos familiares e sociais tão necessários para desconstruir essa condição de exclusão herdada por sua classe e cor que, ao menos estatisticamente, fomentam situações de risco (SOARES, 2004).

Diminuir o risco significa ter mecanismos internos e externos que permitam vislumbrar possibilidades de futuro, construir projetos para além do hoje, acreditar em suas potencialidades

subjetivas, se fortalecer politicamente e exercer sua cidadania, visto que é capaz de (re)inventar novas formas de lidar com suas necessidades.

Quando os sonhos nem sequer foram plantados ou foram roubados por uma organização social que reparte lugares e funda hierarquias, estabelecendo limites e segregações, quase intransponíveis para uns, e espaço para poucos, as adolescentes se permitem a maior emoção da vida e muitas vezes antecipam o futuro com uma gravidez “acidental” (ARPINI, 2003).

Waiselfisz (2004) observa que as maiores taxas de gravidez na adolescência são registradas na parcela da população mais pobre deste país.

Este vácuo também é um facilitador para o consumo e o tráfico de drogas ilícitas. As drogas são como um flagelo a atingir qualquer adolescente “despreparado” que possa ser “seduzido” facilmente. Há uma proporção maior de drogadição entre adolescentes que vivem a carência e a rejeição social, e esse fato corresponde a uma lógica que não se desfaz pela repressão policial (PEREIRA, 2001).

Volpi (2001), ao nos oferecer uma leitura sistemática dos adolescentes em conflitos com a lei, afirma que, assim como as crianças, os adolescentes são os que mais sofrem violação de direitos, pela família e pelo Estado. Muitos saltam da infância desamparada para o mundo do trabalho, ou melhor dito, para o mundo do desemprego, sem a possibilidade de amparo e compreensão nessa etapa de suas vidas.

Há uma lacuna nos movimentos sociais de direitos humanos para a adolescência, nos alertam Silva *et al* (2005), dada a invisibilidade histórica social em nossa sociedade dessa etapa da vida, assim como já ocorreu com as mulheres, os índios e idosos, entre outros.

Notícias veiculadas nos meios de comunicação, em geral, apresentam uma visão estereotipada do adolescente delinqüente, sem a crítica necessária sobre o que seja a delinqüência em uma sociedade que exclui uma parcela significativa de sua população de coisas tão essenciais, como saúde, educação, trabalho e igualdade (BECKER, 2003).

Contudo, não se pode perder de vista as alternativas possíveis que se descortinam nesse universo social fraturado, isto é, de que é possível vencer aquilo que nos paralisa. Há, para além do princípio equivocado da indiferença, uma outra ética, uma outra estética para ser explorada. Um exemplo disso, já com fortes raízes nas comunidades pobres, nas periferias, é a alternativa dos movimentos de contracultura do *hip-hop* ao *break*, o *grafitti* e o *rap* que merecem um olhar mais aprofundado. Segundo Martins (2004) e Soares (2004), esses movimentos têm credenciado adolescentes e jovens para uma proposta de valorização da identidade que envolve a *atitude*. Valores como a solidariedade e a compaixão estão presentes no vocabulário desses movimentos que trazem também forte crítica ao modelo político e culturais existente, acenando, assim, com o gratificante e reconfortante sentimento de pertencimento e poder de transformação social.

### 1.3 Adolescência e risco de morte

O quadro de mortalidade no país, desde a década de 80, vem mudando, apresentando um aumento expressivo nas taxas de mortalidade entre os adolescentes, por causas externas, em especial aquelas relacionadas às agressões e lesões por armas de fogo. Segundo Silva *et al* (2005), as mortes por homicídios ultrapassam as mortes em situação de guerra.

O mapeamento da violência apresentado em 2006, pelo Ministério da Saúde, traz dados referentes aos óbitos por causas externas que vitimaram a população brasileira no período de 1996 a 2004. Foi notificado um total de 129.512 mortes. Os resultados apontam para o crescimento da taxa de homicídio total no Brasil que passou de 37.328 para 44.374 óbitos, de 1996 a 2000, ou seja, um aumento de 18,9%. De 2000 a 2004, os homicídios aumentaram de 44.374 para 47.810 (7,8%), conforme apresentado:

TABELA 1 - Comparação da taxa de mortalidade por homicídio, em números absolutos e percentuais, entre jovens brasileiros de 10 a 19 anos e o restante da população, nos anos de 1996, 2000 e 2004.

Faixa etária	Número de óbitos por homicídio (por 100.000)					
	1996		2000		2004	
	N	%	N	%	N	%
10-19 anos	5.855	15,7	7.859	17,7	8.229	17,2
Demais faixas etárias	31.473	84,3	36.515	82,3	39.581	82,8
Total	37.328	100,0	44.374	100,0	47.810	100,0

Fonte: MS

Os óbitos por causas externas passaram a ocupar o primeiro lugar de mortalidade na faixa etária que vai dos 10 aos 19 anos. De 1996 e 2000, o número de mortes por homicídio aumentou de 5.855 para 7.859 (34,2%), enquanto que no período de 2000 a 2004, passou de 7.859 para 8.229 óbitos (4,7%). Somando os percentuais dos dois períodos pesquisados (1996 a 2000 e 2000 a 2004), as notificações dos homicídios na faixa etária de 10 a 19 anos subiram 38,9%.

Comparando os dados da população jovem com o restante da população, nota-se que o aumento de óbitos por homicídios de 1996 a 2000 foi o dobro entre os jovens em relação ao restante da população.

A próxima tabela traz dados sobre o número de óbitos por homicídio por sexo, nas faixas etárias de 10 a 14 e de 15 a 19 anos, nos anos de 1996, 2000 e 2004:

TABELA 2 - Taxa de mortalidade, por homicídio, em números absolutos e percentuais, de jovens brasileiros, segundo sexo e faixa etária, nos anos de 1996, 2000 e 2004.

Faixa etária (anos)	Percentual de óbitos por homicídio (por 100.000)											
	1996				2000				2004			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10-14	365	7,0	148	23,5	406	5,7	156	20,9	391	5,2	132	19,9
15-19	4.860	93,0	482	76,5	6.705	94,3	592	79,1	7.176	94,8	530	80,1
Total	5.225	100,0	630	100,0	7.111	100,0	748	100,0	7.567	100,0	662	100,0

Fonte: MS

Embora o número de óbitos por homicídio apresente uma oscilação, a tendência observada é de aumento alarmante de óbitos por homicídio no período estudado para o sexo masculino. Quando se compara os dados de 1996 e 2000, verifica-se um aumento de 11,2% de óbitos para adolescentes do sexo masculino com idade entre 10 e 14 anos, e de 38,0% para a faixa entre 15 e 19 anos de idade. Já nos anos de 2000 e 2004, observa-se uma redução de 3,7% no número de óbitos por homicídio na faixa de 10 a 14 anos, mas um aumento de 7,0% entre os homens de 15 a 19 anos. A população feminina apresenta números inferiores aos da população masculina. Cabe notar que a vitimização é mais acentuada na faixa etária dos 15 aos 19, em ambos os sexos.

Os dados apresentados na tabela acima compõem os referenciais das mudanças de comportamento de toda uma população urbana oprimida pelo medo e pela insegurança, e, mais do que números oscilantes, são vidas prematuras que se foram, são filhos, são amigos, são jovens mães e pais que morreram. Estatisticamente, são as crianças e adolescentes oriundos de famílias de baixa renda os mais vulneráveis a morrer precocemente (SOARES, 2004).

Segundo Soares (2004), o crescimento da miséria, da violência, produz na maioria dos brasileiros uma couraça que vai deixando-os indiferentes, permitindo assim uma naturalização desses acontecimentos, desprovida de uma contextualização econômica-político-cultural.

A importância dessa reflexão é observada quando da aceitação, por parcela significativa da sociedade, do extermínio de jovens que não são portadores das mesmas condições e valores atribuídos a outros sujeitos de sua idade na hierarquia social. Como define Waiselfisz (2004), pobres do sexo masculino, negros e com baixa escolaridade, entre 15 e 24 anos, são os que têm endereço e nome certos nas estatísticas de vitimização por violência, ou seja, estão entregues à própria sorte.

As diversas formas de violência interpessoal com resultados letais não são novas. A questão que se apresenta é a proporção que vem tomando este fato no dia-a-dia dos brasileiros e em seu imaginário.

Pesquisas do Ministério da Justiça demonstram que os adolescentes são responsáveis por menos de 10% dos crimes cometidos no país, sendo que destes, 73,8% são contra o patrimônio público, e 50% desse total são furtos (CADERNO ABONG, 2001).

Para Volpi (2001), não cabe uma camuflagem da participação de adolescentes em atos criminais. Entretanto, deve-se estar atento às violências, nem sempre sutis, que se revelam no final aniquiladoras dos direitos mais fundamentais de meninos e meninas.

Nesse sentido, Sposati *apud* Yazbek (2001) afirma que o reconhecimento de direitos no campo da proteção social reduz ou previne os riscos de vulnerabilidade social, impedindo que segmentos populacionais desprovidos de qualquer sistema público de amparo resvalam para baixo do limiar socioeconômico satisfatório que assegure o direito à dignidade e à vida.

Via de regra, os meios de comunicação e demais espaços sociais buscam uma culpabilização dos jovens e adolescentes, em especial os das periferias, pela produção da violência, veiculando imagens de movimentos organizados, manifestações musicais, como sendo associados a crimes e tráfico de drogas, o que os números e estudos demonstram é que esses adolescentes têm sido as vítimas prioritárias desse flagelo (COSTA, 2005; SILVA *et al*, 2005).

Esta condição à qual estão expostos não atinge apenas a vítima, mas recai sobre todo um grupo, todo um conjunto de famílias e comunidade, impondo uma resignificação do próprio valor da vida e do outro.

No caso específico da ameaça à vida física e social tão presente entre os adolescentes que vivem nas periferias e favelas, ela está inscrita na violência que se revela explicitamente no cotidiano dos que lá sobrevivem e estão expostos às suas piores conseqüências. Nesse sentido, Dalbosco (2006) ressalta que essa violência afeta de forma dramática e irreversível toda a família e a formação subjetiva das pessoas, pois invoca algo, no dia-a-dia, que em nossa cultura racional ocidental tende a se negar.

O processo de perceber-se como impotente para controlar o que acontece com a própria vida pode promover uma passividade limitante das habilidades de enfrentamento. Quando os indivíduos se percebem capazes de controlar os eventos e resultados pertinentes ao seu viver, a esperança se instala com o reconhecimento de poder, de transformar e superar as adversidades (JR VALENTINI *et al*, 1996).

## 1.4 Mudanças na família

A família é a instância simbólica de sustentação do indivíduo, instância privilegiada de socialização, em especial, na primeira infância, cujas heranças e singularidades atravessam gerações, formando novas tramas de relacionamentos, perpassados por nuances internalizadas das figuras parentais, na formação do eu e o outro, algo que não é pronto e acabado, mas, antes, em constituição.

O acervo social do conhecimento sobre família abriga múltiplas formas de se perceber o fenômeno. As organizações familiares, como os sistemas sociais, constroem e se reconstróem dentro de uma correlação de forças, que envolvem fatores que precipitam transformações e/ou continuidades de seus modelos referenciais.

Nas leituras científicas da biologia humana, a família pode ser notada como algo natural, baseada em explicações biológicas. A força simbólica da ordem natural da família, possivelmente, ocorre porque é nessa instituição que, normalmente, se concretizam o ciclo da vida: nascer, ser amamentado, crescer, envelhecer e morrer (SARTI, 2004).

Há no imaginário coletivo uma expectativa sobre o papel da família. A maior expectativa é de que ela tenha competência para atender às necessidades de proteção, cuidado, afeto, vínculos relacionais e inclusão social que assegurem uma vida de qualidade. Entretanto, ressalta Carvalho (1998), esses referenciais estão socialmente inscritos no campo das possibilidades. A sua garantia mantém estreita ligação com o contexto sociocultural, econômico e a dinâmica familiar.

Portanto, é necessária uma contextualização do lugar que a família ocupa na sociedade como também do lugar que cada um de seus membros ocupa no sistema familiar, traçando assim perfil que pode ter a função de se colocar como potencial para risco como para proteção (SENAD, 2006).

Guiddens (2005) e Guerra (2001) demonstram em seus estudos que a família, para muitos, pode representar um “porto seguro”, mas, para outros, pode ser um lugar de exploração, de solidão e de grande desigualdade.

Existem muitos retratos de famílias. Uns são impressos nas produções acadêmicas, outros nas retinas de quem as experiencia. Há alguns pontos convergentes entre eles: a família ainda é uma resposta singular e indispensável à defesa e à reprodução mínima de nossa existência, é o lugar por excelência para se pensar o individual e a sociedade.

Pondera Galliano (2005) que o cuidado com a criança, a gestão dos espaços que a abriga, o tempo para o lazer, a preparação dos alimentos, a transmissão lingüística mínima para se inserir em outros espaços de socialização, enfim, sem a família, a resposta organizacional possível seria um Estado onipresente sobre uma burocracia capilar poderosa.

A família no Ocidente, como instituição inscrita em uma dada ordem social historicamente construída, teve o Estado, a Igreja e, posteriormente, a ciência como formuladores do modo como ela deveria ser (FUKUI, 1998).

No Brasil, a configuração histórica da família foi construída a partir do modelo de patriarcado que apresentava uma base organizacional extensa de proteção e de impulso econômico, em que, por contingência, parentes, agregados, amigos, serviçais e escravos convergiam. Essa organização, da qual a *casa grande* era o baluarte, ocorria em torno do senhor-de-engenho, que era o amo, o chefe e o pai, de cuja benevolência dependiam todos (FREYRE, 1995; RIBEIRO, 1995; CHAUI, 2001; SAMARA, 2004).

Por outro lado, a historiografia lança luz sobre outros elementos da família brasileira. Darcy Ribeiro (1995) destaca que o modelo de família patriarcal, pertencente às famílias rurais dentro de determinado local e contexto histórico, não pode ser considerado sinônimo da família brasileira. Antes se precisa observar a flagrante diversidade ecológica, econômica e étnico-cultural que compõem a sociedade brasileira.

Em consonância com esses argumentos, Samara (2004) investigou uma série de organizações familiares no período colonial que em nada se assemelham à visão da organização familiar da *casa grande*. A partir de dados compilados dos recenseamentos do século XX, em São Paulo, a autora encontrou muitas famílias com estruturas simples, compostas por três a quatro pessoas, enquanto que a família do modelo patriarcal correspondia a apenas 26% dos domicílios pesquisados em São Paulo.

Há também referências às uniões e filhos ilegítimos, celibato, separações e abandonos, famílias monoparentais, em especial entre as mulheres afrodescendentes. Outro dado, a título de curiosidade, apontado por Samara (2004), refere-se ao carinho e o amor como motivadores da união, que são apresentados como de menor importância para a elite branca, sendo elemento mais relevante no casamento dos pobres.

Dessa maneira, percebe-se, portanto, que há na constituição da família brasileira uma trama complexa que não condiz com a imagem composta da família patriarcal do período colonial, mais presentes nas zonas rurais do Nordeste, como modelo hegemônico em nossa estrutura social.

Embora as definições de família venham sofrendo mudanças ao longo da história, dada a extrema diversidade de modelos, encontra-se, empiricamente, a ideia de família nuclear como referência na tipologia de família, o que para Gonçalves (2007) é revelador da posição privilegiada do modelo nuclear como referência para identificação das múltiplas formas de organização na contemporaneidade.

No que se refere às mulheres, na constituição da família, Guiddens (1993) destaca que a possibilidade de elas viverem suas próprias vidas sem a tutela do pai ou do marido é algo recente.

No passado, era comum a mulher sair da casa do pai para casar-se, rompendo assim com a tutela do pai, passando, entretanto, à tutela do marido.

Em nossa sociedade, a mulher ainda tem sua imagem associada ao seu papel de mãe e de dona de casa, primordialmente, estando o trabalho extradoméstico condicionado, em especial, às mulheres pobres (COSTA, 1990; GUIDDENS, 2005).

Na cultura ocidental moderna, as mulheres protestam e liberam-se desse signo de confinamento doméstico, mas ainda com dualidade. Essa busca por igualdade confronta-se com a busca emocional remota do papel do homem como autoridade (GUIDDENS, 1993).

Fukuyama *apud* Guidens (2005) argumenta que o reconhecimento da autonomia das mulheres, em especial a autonomia econômica na sociedade moderna, traz uma percepção para os homens, com algumas exceções, de não mais serem os responsáveis por sua prole e/ou suas mulheres, e poderem, assim, comportarem-se mais livres ainda das responsabilidades com filhos que possam ter.

De um outro lado, a ausência da figura paterna, que vem sendo transmitida de geração em geração, conspira para um empobrecimento da experiência humana com a idéia da paternidade, o que influencia no aspecto repressivo, nos filhos, do desejo de serem assumidos pelo pai, de poderem a ele recorrer em um momento de necessidade (TAKASHIMA, 1994; GUIDDENS, 2005).

A família estudada como modelo de sistema é percebida como um conjunto, formado pelas pessoas que interagem entre si. Dentro desse sistema há outros subsistemas (pais, filhos). E toda família, nesse modelo, interage com o meio em que vive. Nessa interação com o meio, há subordinação a outros sistemas, tais como o sistema educacional, de saúde e jurídico, sendo cada família específica e singular, visto que em cada uma há subjetividades que formam sua singularidade nas relações (BELMONTE, 1998).

Para Guerra (2001), a família ocidental traz uma roupagem “nova”, as relações são mais flexíveis, as pessoas podem ser facilmente substituídas em seus papéis sociais. Aumentou o número de divórcios, a família não é mais o centro de proteção, os aspectos altamente repressivos e centralizadores de épocas passadas se dissiparam, mas a família não encontrou formas diferentes, menos autoritárias, mais livres de correlacionar-se com seus membros. Samara (2004), por sua vez, nota que a mítica patriarcal ainda alimenta o imaginário social de submissão nas relações familiares.

A realidade da vida cotidiana moderna cria ambigüidades ainda mais acirradas entre os diversos papéis sociais construídos e a família. As afirmações individuais, como a competição na carreira profissional, o utilitarismo acirrado, como nunca antes, a fragilidade das relações, o

mundo moderno globalizado e a possibilidade real de planejamento familiar, provocam uma mudança nos padrões familiares inimagináveis por gerações anteriores. Tudo isso são interfases que estão perpassando e conflitando nas relações familiares e que vêm alterando os papéis em seu interior, incluindo os vínculos e obrigações familiares (GUIDDENS, 2005).

As mudanças ocorridas nas famílias em função dessa nova dinâmica social ainda são pouco sentidas pelas mais pobres, por se encontrarem subordinadas aos padrões tradicionais de família. Embora essas façam parte da sociedade capitalista, moderna e individualizada, observa-se que os elos de obrigações com os familiares se sobrepõem aos projetos individuais (SARTI, 2004).

Desta forma, observa-se que não existe uma noção de família, mas de famílias. Para Ciampone (1998) é preciso pensar a palavra família a partir de uma metáfora, ou seja, família como “grávida de significados”, posto que são múltiplas as formas de abordagem e compreensão da família.

## CAPÍTULO 2 - REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

### 2.1 A teoria das representações sociais

Para compreender como as mães de adolescentes representam a adolescência de seus filhos e o que favorece essa construção que nem sempre é evidente, foi utilizado o referencial da teoria das representações sociais de Serge Moscovici.

Na história da teoria das representações sociais, Émile Durkheim é uma referência nas ciências sociais. Em seu trabalho, *O suicídio*, de 1897, no qual ele analisou as relações sociais e suas determinações individuais, trouxe pela primeira vez o conceito de representação ao qual chamou de representações coletivas. Para esse autor as representações coletivas tinham supremacia sobre o individual, e o indivíduo, necessariamente, não tinha consciência desse poder “coercitivo” (REIGOTA, 2001; MINAYO, 2007).

Moscovici introduziu, em 1961, um novo olhar, de natureza interdisciplinar, sobre as representações sociais como área do conhecimento humano. A partir de então, teve início um período de expansão e criação de uma teoria vigorosa capaz de conduzir o pesquisador a uma compreensão ampla das interações e construção do real pelos sujeitos sociais (SPINK, 2004).

Em uma primeira aproximação, podem-se definir as representações sociais como fenômenos que dão significados a determinada realidade, como algo não cristalizado, mas em movimento, assim como a própria realidade, e concebido por pessoas comuns. Pessoas que, a partir de uma complicada teia de interações que envolvem ações, normas, valores e sentimentos, assim como informações, comunicações, imaginações e opiniões, presentes em inúmeras instâncias da vida em sociedade, se fazem sujeitos ativos na construção dialética do mundo e na significação de suas vivências humanas (REIGOTA, 2001; WAGNER, 1998).

Essa teoria considera que as “teorias socialmente estabelecidas” que se manifestam no senso comum, nas conversas do dia-a-dia expressam e justificam as ações das pessoas comuns, o que não se difere do comportamento dos que produzem ou adotam o saber científico para interpretar o mundo; ou seja, as representações sociais perpassam diferentes formas de interpretar e explicar a realidade, a partir de uma articulação do âmbito individual com os processos sociais e culturais nos quais as pessoas estão inseridas enquanto participantes (MOSCOVICI, 1986; JODELET, 2006).

Uma das perspectivas a ser observada é a articulação que se estabelece entre as dimensões socioculturais, históricas, subjetivas e o que se tem de concreto na estrutura física humana na interação com o mundo. A esse respeito Arprine (2003) cita Agnes Heller:

El hombre en su vida cotidiana es capaz de percibir por principio todo lo que sus órganos sensoriales son capaces de percibir. Pero de hecho percibe solamente lo que el saber cotidiano le presenta como perceptible y digno de ser percibido

O espaço de construção das representações sociais se dá na interação do indivíduo com o coletivo. Nesse sentido, o indivíduo, ao interagir coletivamente, ou seja, ao humanizar-se, a partir de um dado contexto cultural, é envolvido em um processo de expansão e transformação, quer cognitiva, quer de comunicação pública. Mas não sem a experiência do conflito entre o individual e o coletivo pertencentes e construtores de uma sociedade, que se estabelece em uma relação dialética, conferindo um significado e uma direção para os fenômenos da vida cotidiana que são (re)apresentações do mundo e de si próprio (GUARESCHI *et al*, 2007).

Esses autores apontam como uma questão crucial para a teoria das representações sociais a tarefa de conectar a relação indivíduo/sociedade e, a partir desse nexo, a busca de uma compreensão da relação das representações sociais com o lugar do sujeito no mundo. A análise desse fenômeno é percebida não como uma soma de elementos, mas como uma totalidade na qual está contida a diversidade das experiências humanas.

A representação do corpo humano, por exemplo, ajuda o sujeito a se situar para melhor compreender a correlação da experiência pessoal subjetiva e as relações sociais e variações de vivência pessoal. O corpo humano experiencia sentimentos individuais, como a dor e o prazer, algo inteiramente contido no ser que sente. Entretanto, normas sociais e exigências culturais envolvem a experiência do corpo ajustando os campos pessoais da experiência às suas determinações (WAGNER, 1998; JODELET, 2006).

Para Moscovici, há, ainda, dentro do fenômeno da representação social, aquilo que diz respeito aos saberes sociais que atuam como *scripts*, isto é, percepções anteriores que são mediadoras das leituras e ações dos sujeitos a determinados objetos e que “agem, em certa medida, como modelos ou rascunhos: o presente copia o passado e exclui, assim, a surpresa e os elementos imaginários” (MOSCOVICI, 1986)

Para Sá (1998), a relevância de um objeto a que se atribui o status de representação social reside na identificação da implicação de “um saber” consistente em alguma prática do grupo. É importante notar que a partir do conceito de representação social pode-se pressupor que toda explicação, todo referencial norteador, são condicionadores de comportamentos e práticas sociais. Sendo assim, são dotados de estruturas consensualmente importantes e relevantes para os grupos sociais que vivem e agem em determinados contextos sociais (MINAYO, 2007).

As representações sociais como forma de conhecimento do cotidiano permitem aos sujeitos uma apropriação e ressignificação da realidade vivida - *a transformação do não-familiar em familiar* - orienta o comportamento e atua na conceituação simbólica de determinado fenômeno perpassado por condições socioculturais específicas.

Esse processo de tornar o não-familiar em familiar ou compreensível, em que emergem as representações sociais, é formado por dois movimentos: ancoragem e objetivação.

Ancoragem é o processo de classificar, denominar a partir de um paradigma acumulado em nossa memória, do qual lançamos mão para decretar que determinado objeto lhe corresponde, trazendo-o à luz para tirá-lo do anonimato. Essa operação não prescinde de um norte cultural (SÁ, 2004).

O outro processo, a objetivação, é a “materialização da palavra”, é a equivalência da idéia do verbal por um imperativo lógico e cultural que torna o concebido em percebido, que revela o equivalente, dando-lhe uma existência (SÁ, 2004).

Desse modo, os processos de construção das representações sociais são capazes de fornecer pistas acerca das diversidades, das contradições e visões de mundo de determinados grupos sociais contextualizados culturalmente (GUARESCHI, 2004).

Por fim, Sá (1998) alerta que não basta apenas querer pesquisar a representação social sem estar atento para o caráter relativo e circunscrito da pesquisa em representações sociais. Portanto, o cuidado é sempre necessário no estudo destas, para não cair na armadilha de que tudo é representação social, bem como de conceituar a pesquisa realizada como uma réplica das representações sociais quando, basicamente, ao realizar uma investigação científica, o pesquisador está apenas iniciando uma aproximação com essa modalidade de inteligibilidade das situações concretas do cotidiano. Nesse sentido, as representações sociais são fenômenos multifacetados e não passíveis de total apropriação, sendo a ciência mais um instrumento de simples aproximação dessa construção.

### **2.1.1 A perspectiva etnográfica**

Como este é um estudo da representação social de um grupo de mães acerca da adolescência de seus filhos, foi adotada a perspectiva etnográfica dentro da teoria das representações sociais.

O eixo de investigação etnográfico consiste na observação sistemática e análise de grupos sociais considerando suas especificidades. Nesse sentido, o estudo etnográfico busca uma aproximação com o conjunto de valores, normas, códigos, comportamento, linguagem, enfim, com o patrimônio intelectual e material que está inscrito na produção e reprodução social do homem, nas relações e reações que aí tomam formas.

Dentro da teoria das representações sociais, assinala-se a necessidade de considerar as várias dimensões e recursos que compõem o campo das representações que devem ser relacionados às condições socioculturais, que favorecem ou não a produção, circulação e eventual transformação das representações num conjunto social específico (SÁ, 1998).

Nesse eixo, as representações sociais são teorias do senso comum que circulam em dada sociedade que é parte integrante e produtora de determinada cultura. Jodelet (2006) é enfática ao afirmar que representação social é a forma como os sujeitos concebem sua realidade, expressa em seu cotidiano e que conduz, seja no plano teórico, seja no empírico, necessariamente, aos fenômenos culturais diversos.

A forma como os sujeitos representam sua realidade, as ações e reações, a apreensão e o sentido que cada grupo, cada sujeito atribuiu ao vivido, conclui a autora, está circunscrita em uma determinada cultura. Logo, ao estudar as representações sociais, é inevitável uma aproximação possível com a perspectiva cultural que dá suporte a essa leitura.

Há uma reciprocidade a ser notada no campo das representações sociais entre o indivíduo e o coletivo na vida cotidiana. A dimensão do ser uno está mesclada, perpassada pelo ser genérico.

Dessa forma, a representação de algo não se dá apenas em uma constituição cognitiva. Há também interações sociais e culturais que a sustentam e organizam esses conhecimentos, há um ponto de intercessão entre subjetividade e cultura nesse processo que precisa ser perseguido pelo pesquisador ao se aproximar das representações sociais em uma perspectiva etnográfica (ARPINI, 2006).

A pesquisa em representação social é uma pesquisa por excelência qualitativa que tem como esteio, na perspectiva das ciências sociais, a observação do sujeito em seu próprio espaço e o estabelecimento da comunicação em sua própria linguagem. O sentido do vivido envolve dados do sujeito em sua dimensão sociocultural e em sua subjetividade. A compreensão das representações sociais inscritas necessariamente nas bases culturais não prescinde da experiência, do vivido elaborado subjetivamente, das implicações afetivas, emocionais e particulares do sujeito (SPINK, 2004).

Mas, conforme nos lembra Jodelet (2006), essa dimensão coletiva por um longo tempo permaneceu distante de contextos importantes na compreensão do humano em várias disciplinas, tais como a psicologia e a saúde. A articulação do cultural com o nível individual, encontrada na construção do objeto de pesquisa na teoria das representações sociais, traz em sua estruturação uma grande contribuição empírica e teórica da antropologia.

O interessante da perspectiva etnográfica, segundo Jodelet (2006) é “articular os significados culturais com as dimensões históricas e sociais e identificar os efeitos dessa articulação na intimidade de cada um”.

Por fim, todos esses elementos constituem ferramentas preciosas que permitem uma aproximação de um conhecimento construído nas interações do eu com o outro sobre as representações do viver, da sociedade e de si mesmos, contextualizada nesse universo simbólico criado pelo próprio homem.

A importância de buscar nas representações sociais o aspecto etnográfico reside na possibilidade de poder localizar de onde o indivíduo, que está intensamente impregnado pelos padrões culturais, está apreendendo a “realidade”, autorizando o pesquisador, assim, a reconhecer os múltiplos determinantes daquela elaboração teórica sobre o fenômeno que se intenciona (re)conhecer.

### 3.1 Caminho metodológico

O presente estudo é do tipo descritivo, exploratório, de natureza qualitativa, visto que a problemática suscitada envolve a ação humana e interações sociais que se constroem dentro de uma dinâmica histórica. A pesquisa qualitativa possibilita o aprofundamento da dimensão social pelas inflexões de abrangência multidisciplinar, reconhecendo as complexidades do campo do humano e conduzindo, necessariamente, a um repensar constante (MINAYO, 1994).

A opção pela pesquisa qualitativa assegura uma coerência com o referencial teórico que se norteará na aproximação científica com os sujeitos sociais de que trata essa pesquisa, somados ao fato de que essa metodologia desafia o pesquisador a sempre perceber outras dimensões do objeto de estudo e estabelecer outros diálogos.

### 3.2 Descrição do campo da pesquisa

Como campo de pesquisa, optou-se pela comunidade do Paranoá-DF. A região administrativa do Paranoá é uma das mais antigas áreas de povoamento do Distrito Federal. Localizada na região norte do Distrito Federal, a 20 km do centro de Brasília, é a VII região administrativa do DF.

Dados da Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Saúde do DF, referentes ao ano de 2005, mostram que esta comunidade conta com uma população de 62.449 habitantes (DF, 2006). Ela teve sua origem a partir de um assentamento provisório de trabalhadores da construção da barragem formadora do Lago Paranoá, em 1957, cujas obras terminaram em 1960. A conclusão da barragem não encerrou o acampamento provisório. Ao contrário do previsto, os ex-trabalhadores da construção da barragem e seus familiares se organizaram e lutaram pelo direito a moradia definitiva na localidade.

Em 1990, todo o longo processo de luta e negociação culminou na consolidação da comunidade do Paranoá, com seus antigos moradores assentados definitivamente na localidade em lotes demarcados oficialmente pelo governo local (DF, 1996).

Porém, cabe notar que a conquista do direito à moradia não assegurou outros direitos fundamentais e a ausência de políticas públicas emancipatórias na nova cidade, em curto prazo,

contribuiu para caracterizar o perfil socioeconômico da comunidade como um dos mais empobrecidos do DF.

Como já mencionado, a população estimada do Paranoá, no ano de 2005, foi de 62.449 habitantes, sendo alta a concentração populacional em sua área urbana. Na distribuição populacional verifica-se a predominância de uma população jovem, em que 25.866 (41,5%) habitantes tinham menos de 20 anos de idade.

Segundo o IBGE (2004), o Paranoá é a segunda região administrativa do DF com a maior população entre 10 e 24 anos de idade. Quanto aos aspectos econômicos, a população do Paranoá possui uma das menores rendas per capita do Distrito Federal, apresentando um alto índice de desemprego e baixa qualificação profissional.

A cidade se destaca pelo seu comércio, concentrado numa avenida central, que possui uma forte organização corporativista, ou seja, os comerciantes da comunidade se organizam em associação e se posicionam e atuam politicamente diante de seus interesses. O comércio embora pequeno, é muito ativo, funciona todos os dias da semana e merece destaque a “Feira Popular”, onde os moradores se abastecem dos produtos produzidos na zona rural da cidade. O setor agrícola situa-se em 2º lugar, em termos de área plantada e volume de produção, comparado com as demais áreas produtivas do Distrito Federal, participando com 28,15% da produção agropecuária obtida em todo o DF (BRASÍLIA, 2004; SES/DF, 2006).

O Paranoá possui uma unidade básica de saúde que tem programas/serviços voltados para o atendimento do adolescente: O Programa de Atenção Integral ao Adolescente, conhecido como PRAIA, a Terapia Comunitária e o Serviço de Assistência Social. As demandas são oriundas da rede institucional de apoio social, em especial da Secretaria de Educação, do Conselho Tutelar, do Centro de Desenvolvimento Social (CDS), da Vara da Infância e Juventude e há também demanda espontânea, isto é, dos próprios jovens da comunidade e/ou seus familiares que buscam o serviço. Essas atividades, embora de modalidades diferentes, têm em comum a promoção da saúde.

O PRAIA tem como principal objetivo acolher os adolescentes que procuram a unidade básica de saúde em busca de consultas médicas ou orientações, proporcionando um ambiente de confiança e profissionais capacitados no trato com adolescentes. A porta de entrada é a sala de acolhimento que funciona em dois turnos, às quartas-feiras, atendendo em média de 20 a 30 adolescentes por período. Quando chegam, os adolescentes são convidados a participar de dinâmicas de grupo que abordam assuntos educativos, escolhidos por eles, como gravidez na adolescência, uso de drogas, DST-Aids, métodos contraceptivos, sexualidade, cidadania,

sentimentos e emoções, relações familiares, violência, entre outros temas transversais. Não é comum a demanda de mães para atendimento de seus filhos adolescentes no PRAIA. Quando acontece, sempre são referenciadas pela rede institucional e não como demanda espontânea, diferentemente da maioria dos adolescentes que participam do PRAIA.

A Terapia Comunitária é um procedimento terapêutico em grupo com a perspectiva de promover a saúde mental em nível primário dentro da comunidade. O trabalho é realizado a partir de embasamentos teóricos que buscam a valorização da experiência pessoal, da sua subjetividade humana, assim como a competência de cada indivíduo, cada família e da comunidade para a superação e transformação das condições insatisfatórias e adoecedoras no sentido mais amplo do termo (ABRATECOM, 2007).

Desde setembro de 2001, funcionam grupos de Terapia Comunitária com um encontro semanal, tendo em média 20 pessoas em cada encontro com rotatividade média. O grupo é composto, atualmente, por três terapeutas comunitários que acolhem os participantes que se apresentam a partir de demandas espontânea ou referenciada pela rede institucional de apoio social da comunidade.

O Serviço Social tem suas ações prático-operativas voltadas para a superação de um conjunto de necessidades político-socioeconômicas e culturais que possam intervir no processo saúde/doença da comunidade. Conta com dois assistentes sociais que atuam em atividades multiprofissionais e no atendimento à população que demanda esse profissional, no sentido de resolver questões ligadas à saúde e de enfermidade, tendo como referencial a ação profissional norteada pelos métodos e técnicas das ciências sociais.

Sendo o Centro de Saúde do Paranoá a única unidade de atenção primária de saúde, estimada em 62.449 habitantes e, considerando que os indivíduos que vêm até o Serviço Social, no âmbito da saúde pública, são sempre de uma mesma classe social, ou seja, os de renda mais baixa, a demanda de atendimento para esses profissionais é expressiva. De janeiro a setembro de 2006, o Centro de Saúde do Paranoá atendeu um total de 51.345 pessoas. Desses, o Serviço Social atendeu 3.112 pessoas distribuídas nas várias atividades (DF, 2007).

### **3.3 Trabalho de campo**

Esse estudo foi composto por uma amostra do tipo intencional, composta por 14 mães com pelo menos um filho (a) com idade entre 10 e 19 anos, em que ela ou o filho tiveram algum atendimento, no ano de 2006, em um dos seguintes programas/serviços oferecidos pela unidade básica de saúde: PRAIA; Terapia Comunitária ou Serviço Social.

Para o levantamento dos sujeitos da pesquisa, a pesquisadora realizou, inicialmente, um levantamento nos arquivos da referida unidade de saúde do atendimento de mães de adolescentes e adolescentes, feitos ao longo do ano estipulado.

A partir daí, elaborou-se uma listagem com os nomes e endereços dessas mães, em seguida, os nomes foram recortados, dobrados e colocados em três sacos de pano, de acordo com o serviço utilizado, feito um sorteio, sendo retirados cinco nomes de cada serviço, totalizando 15 sujeitos. Devido a limitações nos registros do Serviço Social, só foi possível localizar quatro das cinco mães selecionadas, compondo a amostra 14 mães.

Em conformidade com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que trata das diretrizes e normas reguladoras de pesquisa envolvendo seres humanos, o projeto de número 029/07 foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (ver anexo 1). Também recebeu a anuência da chefia da unidade básica de saúde do Paranoá para sua execução e cumpriu as diretrizes preconizadas na Resolução 273/93 do Conselho Federal de Serviço Social, que institui o Código de Ética Profissional do assistente social.

Das 14 entrevistas, três foram realizadas na unidade básica de saúde e 11 nas residências das participantes. A coleta de dados iniciou-se em abril de 2007 e foi concluída em julho do mesmo ano.

O termo de consentimento livre e esclarecido (ver anexo 2) foi entregue, lido e devidamente assinado pelas participantes. Os objetivos da pesquisa foram explicitados com clareza e foi dada a cada participante a liberdade de não mais participar ou alterar o conteúdo de sua fala durante a entrevista, como também desautorizar o uso do material a qualquer tempo.

Optou-se como instrumento metodológico pela entrevista semi-estruturada para a qual foi elaborado um roteiro de tópicos relativos à temática da pesquisa (ver anexo 3). As entrevistas foram gravadas e transcritas integralmente pela pesquisadora.

Muitas das mulheres trabalham como diaristas sem uma rotina definida, e duas trabalham informalmente como esteticistas, o que também dificulta o domínio do tempo. Mas, ainda assim, foi possível agendar as entrevistas nos sábados e durante os dias úteis da semana e na unidade básica de saúde. As entrevistas atenderam ao objetivo proposto e, como os outros encontros, foram marcadas por sentimento de amizade e fraternidade.

Esse instrumento metodológico permitiu um diálogo com os sujeitos do campo da pesquisa, e a partir das narrativas, singulares e pessoais, foi possível entender e dar sentido a uma realidade social mais ampla. Estes procedimentos encontram respaldo em Minayo (1994) e Arpini (2003),

que defendem que seu uso quando cuidadosamente contextualizado à estrutura básica da experiência social comum, possibilita perpassar vivências e valores que circulam num determinado contexto social.

### **3.4 Análise dos dados**

Com o propósito de tratar o material da pesquisa para uma análise sistemática, foram realizadas escuta das gravações e suas respectivas transcrições. Posteriormente a esse primeiro momento, alternou-se a escuta das gravações com a leitura do material transcrito.

Para estudo das falas dos sujeitos entrevistados, optou-se pelo uso do software Alceste, que é um programa feito para análise de texto que nos possibilita um maior rigor no tratamento do material da pesquisa.

O software Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte (Alceste), como assinala Ribeiro *et al* (2006), possibilita uma análise quantitativa dos dados que conduz estatisticamente a um sentido global dos textos analisados, a partir de campos referenciais comuns.

Este instrumento de análise de dados textuais ou de discurso transformado em texto, embora tenha um recorte objetivo, possibilita ao pesquisador um trabalho qualitativo, tendo em vista que nos assegura apreender e mapear indicadores valiosos que emergem do texto por ele analisado.

Ao utilizar o Alceste, mediante suas possibilidades de análises, privilegiou-se a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que organiza o *corpus* das entrevistas por uma operação estatística que é apresentada sob a forma de um dendrograma, em que o corpus é dividido em classes com palavras pertencentes ao mesmo universo semântico, formando um conjunto lexical.

Esses conjuntos lexicais formam categorias retiradas a partir do texto que ajuda ao pesquisador a identificar na fala dos sujeitos campos comuns no corpus analisado.

#### 4.1 Caracterização das famílias

A população estudada foi constituída por 14 famílias com filhos(as) adolescentes. Com a finalidade de revelar as nuances do objeto de estudo para tornar possível a apreensão e a compreensão da realidade estudada, optou-se por traçar, inicialmente, a partir dos dados sociodemográficos investigados e das próprias observações da pesquisadora, um perfil que caracteriza o conjunto dos sujeitos da pesquisa.

Na tabela 3 são observadas as características das famílias relacionadas ao estado civil, número de filhos, renda familiar e local de residência:

TABELA 3 - Características sociodemográficas das 14 famílias pesquisadas, no Paranoá-DF, em 2006.

Características	N	%
Estado conjugal		
Solteiro	5	35,7
União legal	4	28,6
União consensual	5	35,7
Número de filhos *		
Filho único	3	21,4
2-3 filhos	4	28,6
4-6 filhos	6	42,9
> 7 filhos	1	7,1
Renda familiar		
S/ renda	2	14,3
< 1 s.m.	3	21,4
1-2 s.m.	7	50,0
2-3 s.m.	2	14,3
Local de residência		
Paranoá	7	50,0
Itapuã	7	50,0

\* Convivendo sob o mesmo teto.

Metade das famílias pesquisadas residem na comunidade do Paranoá e a outra metade no Itapuã, uma área de ocupação irregular, estabelecida há aproximadamente oitos anos, localizada adjacente à primeira região. As condições de vida nessa segunda localidade são bastante precárias: as casas são muito pequenas, algumas de alvenaria, outras de madeirite, todas sem sistema de esgoto, apenas com fornecimento de água e luz elétrica. Em geral, as casas são

cercadas por muros altos, já que o índice de violência nesta localidade é bastante alta. As ruas não são asfaltadas, estão sempre desertas em qualquer horário do dia ou da noite, contudo os bares estão sempre cheios de homens adultos e jovens. Há pouquíssima infra-estrutura pública instalada nesta comunidade, uma vez que administrativamente ela permanece sem qualquer reconhecimento legal.

As famílias que residem no Paranoá contam com maior número de serviços e programas públicos, tais como: delegacia, serviço de bombeiro, hospital, unidade básica de saúde e escolas de primeiro e segundo grau, dentre outras. As ruas são asfaltadas e as casas, a maioria de alvenaria, contam com saneamento básico.

O que é comum entre as duas comunidades é a presença de muitas crianças e adolescentes, pouquíssimos parques ou outros espaços para recreação e prática de esportes. O índice de criminalidade é considerado alto e as famílias se protegem colocando cães de toda espécie, de raça ou vira-lata, para guardarem suas casas.

A renda familiar informada pelas mães entrevistadas variou entre nenhuma renda e 3 salários mínimos, o que coloca estas famílias num patamar de pobreza ou, em alguns casos, de miséria.

Em relação ao estado civil, há uma predominância de famílias compostas por casais (9 famílias ou 64,3%), embora estas uniões nem sempre sejam muito estáveis, pois 6 mães (42,9%) relataram estar na segunda união e 3 mães (21,4%) estão na terceira relação conjugal. No restante das famílias (35,7%), a mulher relatou não ter cônjuge atualmente, mas tem filhos e é chefe de família.

Em relação à composição familiar, metade das famílias são bastante numerosas, pois têm 4 ou mais filhos convivendo sob o mesmo teto. O número médio de filhos por família é de 3,4 filhos, bem acima da média nacional de 2,1 filhos (KALLOUSTIAN, 1994).

Após delinear um perfil geral das famílias, que se revelou muito homogêneo entre si, examinaram-se as características das mães e dos pais em relação à idade, escolaridade, naturalidade e ocupação, apresentadas abaixo:

TABELA 4 - Características sociodemográficas das mães e dos pais das 14 famílias pesquisadas, no Paranoá-DF, em 2006.

Características	N	Mãe
Idade		
30-40 anos	9	9
41-50 anos	4	2
> 50 anos	1	2
Escolaridade		
Analfabeto	0	0
Ensino fundamental incompleto	11	7
Ensino médio incompleto	2	1
Ensino médio completo	1	2
Ocupação		
Aposentado	-	1
Do lar	2	3
Emprego formal	5	3
Emprego informal	3	2
Desempregada	4	2
Naturalidade		
DF	4	3
Fora DF	10	11

Aqui se percebe um perfil diferenciado entre os homens e as 14 mulheres que compõem o universo pesquisado. Elas são, em geral, mais jovens do que seus companheiros, predominando o grupo etário com 30 a 40 anos (64,3%), enquanto que dois terços dos homens têm idade superior a 40 anos.

Em relação à escolaridade, as mulheres apresentam anos a mais de frequência escolar que seus companheiros, nota-se que nenhuma se declarou analfabeta e três chegaram até o Ensino Médio, embora só uma tenha conseguido completá-lo. Mas o baixo nível de escolaridade entre os casais é alarmante.

A baixa escolaridade dos casais está relacionada com a questão migratória interna do país, pois desde a construção da nova capital federal, verifica-se um fluxo constante de pessoas que deixam sua terra natal em busca de emprego e melhores condições de vida. No caso das famílias pesquisadas, percebe-se um número alto, tanto de mulheres como de homens, que nasceram em outros Estados, como por exemplo, Goiás, Bahia e Minas Gerais, e migraram para o DF para trabalhar, sem terem tido a oportunidade de freqüentar a escola. A maioria chegou ainda bem jovem, pois o tempo médio de residência no Distrito Federal é de 23,3 anos para as mulheres. Dos 23 adultos (14 mulheres e 9 homens), 10 (43,5%) estão fora do mercado de trabalho: um é aposentado, duas mulheres são do lar e sete estão desempregados. Portanto, somente metade

dos adultos (56,5%) trabalham: sete têm emprego formal e seis trabalham informalmente. Em ambos os casos, a qualificação profissional é baixíssima, são profissões relacionadas a trabalhos manuais, tais como: empregada doméstica, massagista, cabeleireiro, construção civil, serviços gerais.

Na tabela 5 estão os dados dos 48 filhos das famílias pesquisadas:

TABELA 5 - Características sociodemográficas dos 48 filhos das 14 famílias entrevistadas, no Paranoá-DF, em 2006.

Características	N	%
<b>Sexo</b>		
Feminino	20	42,0
Masculino	28	58,0
<b>Naturalidade</b>		
DF	43	89,6
Fora DF	5	10,4
<b>Idade</b>		
0-5 anos	8	16,7
6-9 anos	9	18,8
10-15 anos	10	20,8
16-19 anos	16	33,3
20 ou mais anos	5	10,4
<b>Escolaridade*</b>		
Ensino fundamental incompleto	34	77,3
Ensino médio incompleto	7	15,9
Ensino médio completo	2	4,5
Sem dados	1	2,3
<b>Ocupação*</b>		
Estudante	35	79,5
Emprego informal	5	11,4
Desocupado	3	6,8
Em situação de cárcere	1	2,3

O número de filhas e filhos está distribuído de forma equivalente e a grande maioria deles nasceu no Distrito Federal. Das 14 famílias entrevistadas, 9 delas (64,3%) contam com a presença da figura paterna em casa. Destas, a predominância é da figura do padrasto (35,7%), sendo que o pai biológico está presente em apenas 4 famílias (28,6%). As outras 5 (35,7%) famílias não contam com a presença da figura paterna em casa.

Quanto à idade dos filhos, verifica-se que a grande maioria se situa na faixa etária de 0 a 19 anos, sendo 35,5% crianças pré-escolares e ou escolares e 54,1% adolescentes. Apenas 10,4% têm 20 anos ou mais. Dos adolescentes, há 10 (38,5%) com idade entre 10 e 16 anos e 16 (61,5%) na faixa etária de 16 a 19 anos, totalizando 26 adolescentes.

Afora as 8 crianças com idade de 0 a 5 anos, restam 44 filhos e destes, a maioria (79,5%), estuda, 5 estão trabalhando, três não têm ocupação definida e um está preso. Portanto, os adolescentes, de modo geral, freqüentam a escola e têm maior probabilidade de completar os estudos do que seus pais.

Em duas famílias, verificou-se o convívio de três gerações dentro da mesma casa, os avós assumindo os filhos solteiros juntamente com os netos.

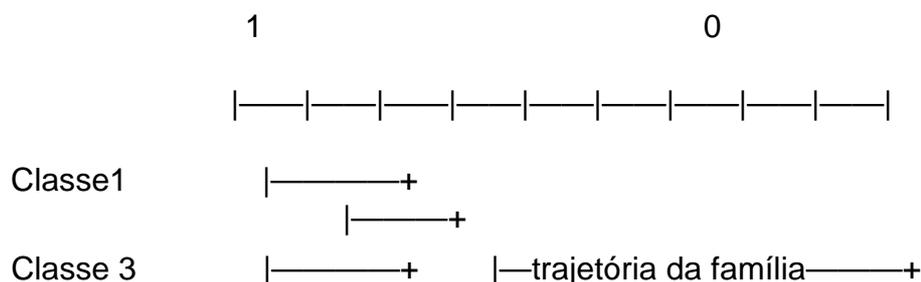
Finalizando, pode-se afirmar que as famílias pesquisadas apresentam um perfil homogêneo que condiz, infelizmente, com aquela apresentada por outras famílias que residem na periferia dos grandes centros urbanos. São famílias pobres, de baixa escolaridade e baixa qualificação profissional, e numerosas, com um percentual alto de crianças e adolescentes. Esta configuração socioeconômica pode desencadear situação de risco pessoal e social que pode ser maior ou menor, dependendo das estratégias adotadas para a sobrevivência (MIOTO, 2000).

#### 4.2 Particularidades das mães e dos filhos: manifestações expressas nas entrevistas

Será apresentada aqui a análise das entrevistas individuais realizadas com as mães a partir da utilização do software Alceste.

As histórias de vida típica dessas mulheres são pontuadas, muitas vezes, por tragédias sociais e familiares, cujas narrativas, sem dúvida, produzem comoção. Na posição de pesquisadora, faz-se necessário ter atenção e cuidado para que não se adote uma postura que as coloque no lugar de culpadas ou vítimas, embora a proximidade e intimidade que a entrevista proporcione possa aflorar esses sentimentos, situação a que tanto o pesquisado quanto o pesquisador estão expostos. Ao escolher o caminho metodológico para a análise, buscou-se um recurso que possibilitou expor as vivências das pesquisadas e manter certo distanciamento, bem como atentar para o que Vasconcelos (1999), chama a atenção, ou seja, reconhecer a competência desses sujeitos na produção de uma lógica de um saber próprio, o qual possibilita criar e recriar a sua própria história de vida.

Com esta perspectiva o software Alceste gerou o dendrograma (figura1), que norteou a possibilidade de organizar o conjunto das expressões, de forma que se pudesse compreendê-las dentro de uma vertente de pensamento que vai ao encontro de uma lógica teórica, as representações sociais, mantendo as idéias seminais de Serge Moscovici, somadas à utilização de recursos que emergem dos referenciais etnográficos (SÁ, 1998; JODELET, 2006).



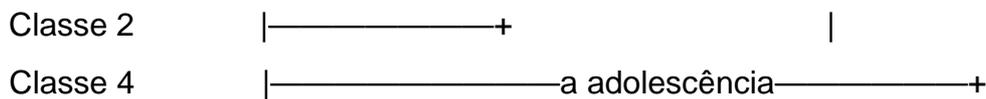


Figura 1. Dendrograma gerado pelo Programa Alceste.

Este dendrograma espelha a geração de 4 classes temáticas que formam dois blocos, ou seja, dois eixos temáticos.

O primeiro eixo temático denominado: “Trajetória da família”, constituído de três classes:

A classe 1 - denominada “Contexto familiar e maternidade”;

A classe 3 - denominada “Trajetória da mãe”;

A classe 2 - denominada “Trajetória do adolescente”.

O segundo eixo temático foi denominado “A adolescência”, composto por uma classe: a classe 4 - denominada “Percepção da mãe sobre adolescência”.

#### 4.2.1 Primeiro Eixo Temático “Trajetória da família”

O eixo temático “*trajetória da família*”, constituído pelas classes 1, 3 e 2 se refere ao contexto familiar e à chegada do(a) filho(a), à ausência do pai e à proteção ao(à) filho(a), um contexto familiar problemático; a trajetória do(a) filho(a), as transformações percebidas da infância à adolescência e as reações da mãe ao longo do tempo em relação às mudanças do filho(a) agora adolescente; trata, também, da trajetória delas (mulheres) na gravidez, das novas situações vividas no pós-parto e os desafios com a chegada do filho.

##### 4.2.1.1. Classe Temática 1 - “Contexto familiar e maternidade”

Nessa classe as mulheres trazem relatos de suas vivências como mãe e seus limites em exercerem a maternagem, dada a necessidade de se assegurar a sobrevivência de todo o núcleo familiar por elas. Pertence também a essa classe o comportamento do pai em relação à gravidez e ao nascimento da criança.

TABELA 6 - Palavras mais significativas da classe 1.

Palavras relevantes (na classe 1)	<i>f</i> (no <i>corpus</i> )	% (na classe)	$\chi^2$
Creche	8	62	26.20
Meu	20	40	22.43
Pai	54	33,3	41.38
Bebia	5	60	14.73
Comida	6	50	11.31
Criança	30	23,3	7.5
Deixava	4	100,0	37.83
Enlouquecer	5	40	5.35
Era	60	21,5	12.8
Filho	91	23,1	25.84
Morreu	6	66,7	22.73
Sozinha	6	50	11.38
Virar	3	100,0	28.29
Trabalhei	5	60	14.73

9,7%e variância explicada

Ao lembrarem a época da chegada deste filho retratam uma situação em que não era possível alterarem a rotina de “luta” pela sobrevivência. Dentre as entrevistadas apenas duas relatam que não trabalhavam quando grávida. A baixa escolaridade das entrevistadas (três chegaram até o Ensino Médio, embora só uma tenha conseguido completar), somada à pouca qualificação profissional, só lhes permitia a inserção como trabalhadoras domésticas, exceto uma que era catadora de papel para reciclagem. Este tipo de emprego as leva a buscar alternativas para o cuidado das crianças, indo da busca por uma creche, do levar para o local de trabalho ou deixá-lo com os filhos ainda menores de idade.

[...] eu tenho quatro filhos, ela e a do meio, e todas as minhas gestações foram tranquilas. Eu sempre trabalhei e deixava meus filhos na creche (S04,36 a, Efi, Tri)<sup>1</sup>.

Meu filho sempre foi uma criança normal. Quando ele nasceu, eu trabalhava. Aí eu criei ele dentro da creche. Lá, todo mundo gostava dele (S12,39 a, Efi, Trf)\*

A minha filha era uma menina boa. Quando foi para a escola, estudava pela manhã e ficava à tarde em casa. Ela, a irmã e o irmão, eu saía pela manhã e deixava a comida pronta, e eles ficavam em casa (suj11, 39 a , Efi, Trf)\*.

[...] quando a minha filha tinha um ano e oito meses, eles (os patrões) não agüentavam choro de criança, e eu a coloquei em uma creche semi-internada, eu a pegava no final de semana (S10,45 a, Em, Tri)\*.

Sobre a paternidade, falam da indiferença para com a criança que foi gestada, de um perigo que o pai, muitas vezes, em sua “fúria”, representava para os próprios filhos.

[...] meu filho é revoltado. Sempre que o pai vem para cima de mim, me bater, ele se mete no meio, apanha também. Uma vez, quando meu filho tinha três anos, ele bateu tanto de cinto no menino, que se a vizinha não entrasse no meio, ele teria matado o menino [...]. Ele (o pai) bebia, mas só de vez em quando. Depois que o filho nasceu, embarcou no álcool. Quando nasceu a menina, aí piorou de vez. Dentro de casa era um quebra pau (Suj 13, 31 a, Efi, Tri)\*

O pai dela (da filha) era uma pessoa muito ignorante, aquela pessoa assim muito agressiva. Ele não sabia bater, qualquer coisinha, por besteira, espancava as crianças. Já na gravidez dela ele me batia, e quando ela nasceu, que era bem pequenininha, o pai não queria escutar um choro, odiava barulho de criança [...], eu apanhava para o pai não bater neles (S09,30 a, Efi,Des)\*.

Na reconstrução da trajetória de vida, na medida em que a família vai se recompondo, outros filhos vão chegando, outros homens vão fazendo parte como companheiros das mulheres (14% moram com os pais biológicos dos adolescentes), os relatos apontam para uma necessidade de reorganização do espaço doméstico, do cotidiano e das regras de convivência. Esse processo de reorganização é relatado como sendo de responsabilidade da mãe, tanto por parte dela como também pelos representantes legais do estado para proteção da criança e do adolescente.

[...] eu fico para enlouquecer, os meus filhos que não são filhos do meu companheiro, agora não o respeitam, não é pai. Eu tive que sair do trabalho, eu estava trabalhando, e tive que sair para ficar no pé dela, e com tudo isso sofre todo mundo (S09,30 a, Efi,Des)\*.

[...] eu não sei não, é tanto menino pra eu cuidar, que eu nem penso, vou cuidando. No ano de 2005, o pessoal do Conselho Tutelar foi lá em casa e falou que a minha casa era suja, que meus filhos não eram bem cuidados, que eu tinha que parar de trabalhar na oficina e cuidar deles (S08,35 a, Efi, Des)\*.

A família brasileira vem passando por transformações ao longo do tempo, e o papel da mulher dentro da dinâmica familiar está cada vez mais implicado com as questões econômicas e sociais. Há, também, a crescente necessidade de muitas mulheres se submeterem a condições de trabalho que possa assegurar a sobrevivência dela e da família (LAKATO, 1999).

Hoje há um crescente setor da população que vivencia, além de uma degradação das condições de trabalho, uma fragilização dos suportes de sociabilidade, ou seja, as ocupações, as tarefas que antes eram mobilizadoras da coletividade, perderam seu caráter coletivo e passaram a ser problemas da ordem e da responsabilidade individuais.

Essa nova reconfiguração do espaço público e privado vem promovendo um empobrecimento nas relações familiares no que tange aos cuidados e à demonstração de afeto no interior das famílias urbanas brasileiras que vivenciam a mobilidade social descendente paralela à fragmentação familiar em que se desloca para a mulher o papel de provedora (ARPINI, 2003).

O Estado, que legalmente tem prerrogativas constitucionais, mecanismos que visam a assegurar *proteção à maternidade e à infância*, no capítulo direitos sociais, em seu artigo 6º,

(BRASIL,1999) e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL,1990), vem diminuindo sua atuação e seus dispositivos de proteção social inspirado por princípios neoliberais que vêm combinando uma maior democratização política com a mudança das funções do Estado (COSTA, 2005).

A forma com que a figura paterna é revelada nas falas dessas mães sugere o fenômeno do “pai ausente”, aquele que não se engaja na vida familiar de forma a oferecer cuidado, apoio e atenção ao filho. Os homens adotam uma postura de renegar o pacto de responsabilidade, assim como o papel de provedor, o que aumenta a exposição dessas famílias a situação de risco social. Esse dado também está relacionado aos indicadores de pobreza e privação social (GUIDDENS, 2005).

Ao se pensar em famílias é fundamental que se atenha a múltiplos aspectos da dinâmica sociofamiliar, ou seja, deve-se atentar para o contexto na qual está inserida e os comportamentos dos membros que a compõem, porque são eles que delineiam a ordem estabelecida nestas relações.

Nesta direção, estudo com famílias alcoolistas feito por ROSSATO e KIRCHHOF (2006), traz situações semelhantes relatadas pela totalidade das entrevistadas, portanto são pistas para uma compreensão dos papéis assumidos pelas figuras materna e paterna:

[...] mesmo sabendo que o alcoolismo leva a uma postura periférica em relação à família, este fato foi relacionado mais a uma outra posição cultural da mulher ao se colocar como responsável por “carregar o mundo nas costas”. Na relação dos casais, a regra de reciprocidade é constantemente trapaceada em detrimento das mulheres

Corroborando esta linha de pensamento, Takashima (1994) cita uma pesquisa realizada em 1993 por acadêmicos de serviço social, em Florianópolis, que revela uma expressiva ausência da figura paterna nas famílias pesquisadas. Essa ausência é apontada não só como ausência da pessoa em si, mas também na renda da família, na educação e apoio emocional e psicológico dos filhos, além do aspecto do poder, da autoridade paterna, em muitos casos ameaçados pelo alcoolismo crônico e no comportamento violento que se revelam no interior das famílias.

O conjunto de falas expressados na classe 1 permite dizer que as mães compartilham o sentimento e agem na lógica de que o filho é filho da mãe, e é de sua responsabilidade, torna visível a representação social que têm acerca da maternidade.

O filho é tido como filho da mãe, responsabilidade dela. Afeto de pai não está relatado, há rejeição, negação da própria paternidade, e a mãe e os filhos vão vivendo. A fala das mães ao descreverem a vida, as responsabilidades do dia-a-dia, sempre é feita na primeira pessoa: Eu.

#### 4.2.1.2. Classe Temática 3 - “Trajetória da mãe”

Trata-se nesta classe (classe 3) de declarações da não-elaboração e planejamento da gravidez e das descobertas na relação com o pai de seus filhos.

Palavras relevantes (na classe 3)	f (no corpus)	% (na classe)	x <sup>2</sup>
Bebe	7	33,3	29.39
Fui	26	30,8	26.46
Pai	54	18,5	14.66
Descobri	3	66,7	17.59
Brasília	4	100,0	56.87
Engravidei	3	100,0	42.52
Grávida	17	64,7	97.36
Fiquei	23	43,5	54.04
Meses	10	40,0	18.49
Morar	9	55,6	35.67
Nasceu	5	60,0	23.29
Novo	8	50,0	24.83
Passei	7	42,9	15.11
Vivi	4	50,0	12.26
Voltar	8	37,5	12.58

6,7% e variância explicada

Das 14 entrevistas realizadas, duas mulheres se declararam felizes quando se perceberam grávidas. As outras têm uma fala comum: *não foi uma gravidez planejada*. Passando a idéia de uma conseqüência do encontro sexual entre homens e mulheres, não elaborada e não pensada. A maternidade não é apresentada como algo planejado, mas é assumido por elas. Mostra-se assim como uma coisa dada, que não teve lugar nas decisões ou na experiência do compartilhar com o outro o desejo, ou a idéia de se ter um filho.

[...] minha gravidez foi inesperada, foi de uma relação superficial, de pouco tempo. Ele era seis anos mais novo que eu, era muito menino. Então eu fiquei grávida e não contei para ele (S07,37 a, Efi, Tri)\*.

[...] desse meu filho, eu fiquei grávida assim, aconteceu, né? Eu morava com o pai dele e aconteceu de eu ficar grávida. Fiquei grávida (S 05,47 a, Efi, Desi)\*.

[...] dias depois eu descobri que estava grávida, e ele falou que não era filho dele, me colocou para fora de casa, procurei a minha família, que não me aceitou, eu fiquei assim mesmo e fui muito humilhada (S10,45 a, Em, Tri)\*.

Essas mulheres, em sua maioria, enfrentaram experiências, no processo gestacional, que as colocaram frente ao não planejado, acompanhado de agravos à saúde física que marcaram o período vivido. Para esse sintoma não apresentaram explicação, mas resgatam o que ficou na memória e associam ao tempo cronológico “uma quarta-feira de cinzas”, “está tudo bem até os seis meses”.

[...] os seis meses foi tudo bem, mas depois eu tive pressão alta e anemia, ficava muito no hospital. Eu tive pré-eclâmpse (S04,36 a, Efi, Tri)\*.

[...] minha gravidez eu passei muito mal, vivia internada, quando passei mal para ter o bebê, foi em uma quarta-feira de cinza (S 05,47 a, Efi, Desi)\*.

Os relatos de uniões conjugais dessas mulheres, que necessariamente se entrelaçam com a história de seus filhos, estão repletos do imprevisível, do desapontamento em relação ao amor de seus companheiros e à responsabilidade destes, assim como do cuidado e do compromisso que esperavam que tivessem para com a família.

Fomos morar em um bairro distante, porque toda a minha família condenava aquele relacionamento. Então em pouco tempo eu descobri que ele era alcoólatra, eu fiquei sustentando eu e ele, era maltratada por ele (S10,45 a, Em, Tri)\*.

Quando percebem que o “novo” projeto de vida desmoronou, a família, a casa, passa a ser irrelevantes diante da violência e o uso abusivo do álcool, por parte de seus companheiros, que se revelam fontes de sofrimento e problemas intransponíveis. O sonho vira armadilha. Das 14 mulheres entrevistadas, três se mantêm na situação descrita, as outras seguem, buscam um outro recomeço para a vida.

[...] então nós, eu e o pai dele, vivemos juntos por sete anos. Depois de muita briga, vai e volta, separei-me devido à violência e à bebedeira dele e vim para Brasília, para fugir dele (S 05,47 a, Efi, Desi)\*.

O não-planejamento da gravidez é a resposta imediata quando perguntado: *fale-me de seu (sua) filho (a) desde o nascimento.*

Os movimentos feministas há muito defendem a liberdade das mulheres escolherem ter ou não ter filhos, a partir de um olhar sobre a maternidade como algo contido em uma cultura, em uma construção social e não como determinação biológica (GONÇALVES, 2007). Esta tese assumida e difundida por segmentos formadores de opinião como meios de comunicação, comunidade científica, movimentos políticos, profissionais das áreas da saúde e da educação, dentre outros, não encontraram eco na trajetória de vida destas mulheres.

Estas, em sua totalidade, correspondem a uma tendência mais geral das mulheres brasileiras no que concerne ao comportamento reprodutivo, ou seja, a partir da metade dos anos 80, observa-se um aumento na proporção de mães com idade inferior a 20 anos, mais

acentuadamente nas grandes cidades, sendo mais elevada entre adolescentes com baixa escolaridade, o que remete à possibilidade quase nula de escaparem da manutenção e reprodução da pobreza (PNAS, 2004).

Sarti (2004) fomenta um debate teórico que permite aprofundar a reflexão acerca da contradição entre o direito de escolha e o conhecimento para exercer esta escolha ao discutir a diferenciação do papel da mulher do papel do homem, dentro de um universo simbólico, em que a valorização da mulher é reconhecida pela capacidade de gestar a vida, pela maternidade.

Dentro das construções simbólicas do feminino, a trilogia do amor romântico, a criação do lar e a moderna “invenção da maternidade”, quando compreendida através de uma correlação com variáveis socioculturais e históricas que redirecionaram o papel social da mulher, trazem elementos que introjetam o feminino na conformação de uma representação de mulher respeitável (GUIDDENS, 1993).

Pelas falas destaca-se a busca constante de encontrar um companheiro que permita a construção de uma família dentro de modelos idealizados, que compõe o imaginário de família. A maternidade foge à condição de ter sido uma decisão, mas ela acende a chama da construção de uma vida compartilhada na educação do filho(a) gerado(a), ou seja, a construção de uma família. Mesmo diante da decepção com as expectativas criadas e da forma com que as relações com o pai biológico se deram, buscam outras relações (estão relacionando-se 86%) que possam ir ao encontro na construção da vida idealizada.

Esses são temas que se descortinam na escuta dessas histórias de vida, nas histórias familiares e seus rearranjos. Os dados referentes à constituição familiar das entrevistadas neste trabalho, nos remetem à predominância de famílias reconstituídas. Nessa atualização familiar, uma questão observada é a das alterações nas unidades domésticas em que dificilmente a mesma composição familiar se mantém vivenciando as fases de criação dos filhos, levando a mulher a ocupar a centralidade nesse processo.

Sarti (2005), ao realizar um estudo sobre a moral dos pobres, lança luz sobre a importância da família que pode nos ajudar a compreender os dados sobre reconstituição familiar presentes nos sujeitos da pesquisa, em que 42,9% relataram estar na segunda união e 21,4% estão na terceira relação conjugal. Para a autora,

“A família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo de sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social”.

Apesar de a maternidade como aqui relatada ter sido tangenciada por histórias de amor, sem finais felizes, em que os “príncipes viraram sapos”, essas mulheres trazem uma representação social na qual a família é formada por pais e filhos morando juntos e perseguem esta busca.

Nesse movimento, nessa busca, observa-se a crescente sobrecarga e novas exigências para essas mulheres que cada vez mais têm a sua vida e a de sua família assentadas em bases materiais e de direitos sociais muito aquém de um mínimo necessário que lhes assegure proteção e autonomia.

Nas entrevistas, fica evidente que são as mulheres, as mães, sujeitos da pesquisa, que têm arcado com a sobrevivência e as negociações familiares na vida cotidiana, assim como com a proteção dos riscos do curso da vida, podendo elas contar muito pouco com o Estado como parceiro no cuidado e proteção de seus filhos.

Boff (2000), em seu debate sobre os valores da contemporaneidade, argumenta sobre o valor das situações que estão permeadas pela afetividade e pelo cuidado. São esses sentimentos transformados em atitudes que fizeram a diferença no caminhar de cada uma delas e alimentam a determinação na proteção à vida de seus filhos.

#### 4.2.1.3. Classe temática 2 - "Trajetória do adolescente"

A classe 2 é a última classe do eixo temático (1), trajetória da família, que foi concluída com 28% das falas dos sujeitos, analisadas pelo Alceste.

O conjunto da fala das mães desta classe mostra um estranhamento em relação às mudanças nessa fase da vida. Cabe ressaltar que as mudanças que trazem à tona estão sempre relacionadas às situações, julgadas por elas ou pela sociedade, como situações-problema, como exemplo: mentem, abandonam a escola, não conversam mais com elas sobre suas vidas.

Embora no ciclo natural da vida as relações mãe e filho vão mudando, para estas mulheres as peculiaridades referentes a essa fase da vida não são apontadas, as lembranças emergem e ganham força à medida em que as mudanças vão aparecendo, são adjetivadas como problemas, adquirem sentidos.

Um outro olhar vai se estabelecendo nessa díade. As mães relatam uma transformação no comportamento do(a) filho(a). Não mais são crianças a serem cuidadas em suas necessidades básicas como: alimento, roupa, um lugar seguro na ausência da mãe. Agora são filhos susceptíveis a situações de riscos sociais que podem prejudicar sua integridade e que afetam a forma como eles definem felicidade.

Percebe-se na comunicação das mulheres entrevistadas uma convicção, que pode ser expressa em linguagem figurada, de que seus filhos não estão acenando, eles estão se afogando. Relatam que percebem que algo dramático está acontecendo com seus filhos em razão das informações que obtêm no seu dia a dia, correlacionando-as ao comportamento dos filhos. Nessa dramaticidade, elas (re)vivenciam a solidão, a culpa, e projetam a construção de uma história diferente daquela que faziam anteriormente na releitura de sua história de vida.

TABELA 8 - Palavras mais significativas da classe 2.

Palavras relevantes (na classe 2)	<i>f</i> (no <i>corpus</i> )	% (na classe)	X <sup>2</sup>
Ainda	11	45,4	11.46
Calma	4	75,0	14.63
Durante	5	60,0	10.61
Meu	8	40,5	14.96
Ano	54	31,5	21,7
Começou	11	54,6	18.97
Comigo	20	35,0	10.03
Consegui	8	62,5	18.97
Escola	49	26,5	10.60
Falava	4	100,0	28.64
Havia	5	60,0	10.61
Fazia	7	71,4	22.97
Junto	6	66,7	16.59
Paranoá	10	70,0	31.34

12,39%e variância explicada

Os relatos vão de *crianças boas, inteligentes, a pessoas caladas, misteriosas, desinteressadas e distantes*, verbalizam o desejo de serem amigas, de compartilhar da intimidade deles(as). As situações vivenciadas pelos filhos, que fogem ao seu controle e expectativa, têm o potencial de deixá-las perdidas, sem saber que caminho tomar, e se ressentem dessa transformação, se surpreendem de a excluírem na sua “incursão pelo mundo”, de seus lazeres, das aventuras, dos amores, das descobertas.

[...] ela era uma criança calma, feliz, estudiosa. Eu arrumei um emprego na Asa Sul, e consegui que ela ficasse na Casa do Candango de 02 anos até 07 anos [...].depois que ficou grande, ela ficou é muito preguiçosa, ela não faz nada, ela não arruma a cama, não lava roupa, não faz nada. [...] ela não fala nada pra mim, ela não conta nada da situação dela pra mim, ela mente muito pra mim. Eu não consigo me relacionar com ela [...]. Ela sai de casa e não fala nada, dorme fora de casa e não avisa, eu fico pra morrer (S02,53 a, Efi,Trf)\*.

Quando ela fez 14 anos ela ainda ficava por aqui, durante a noite, ficava em casa, mas quando eu vim saber, ela já estava envolvida com drogas (S06,44 a, Emi, Des)\*.

Os problemas extrapolam os “muros” da casa e ela, por sua vez, não encontra caminhos que distensionem esse cotidiano, busca em si e não encontra mecanismos de defesa que a proteja, uma vez que na roda da vida faltaram subsídios para elaborá-los. Diante desse processo se defende de uma acusação, traduzida por ela como social, buscando assim “um outro” culpado.

[...] as pessoas, que não me conheciam, me criticavam, e meus vizinhos, que me conheciam, me defendiam, falavam como era a minha vida, que eu era uma pessoa trabalhadora. Logo minha filha começou a mentir para mim e para outras pessoas

a meu respeito, falando que eu compactuava com o que ela fazia [...] que eu era culpada. Ela chegava aqui no outro dia e contava tudo que passou durante a noite, os riscos de morte, eu pensava em trancá-la dentro de casa [...] os professores falavam que ela tinha condição de aprender, mas ela não se interessava, a vida era boa, mas depois eu conheci o meu segundo marido, há seis anos atrás, e as coisas ficaram mais difíceis, pois tive mais dois filhos (S04,36 a, Efi, Tri)\*.

Eu conversava, conversava, não adiantava, depois eu dei umas tapas nela. Não resolveu. Eu tinha que fazer alguma coisa; se não fizer, aí o mundo toma conta. A escola que era o lugar de ensinar, era onde ela estava era usando drogas (suj11, 39 a , Efi, Trf)\*.

A transição na relação de pais com filhos é um processo que se estabelece desde a infância, mas é na adolescência que esse movimento apresenta maior visibilidade. Essa mudança se dá dentro de um processo dialético, e a não-compreensão dessa correlação, as imposições autoritárias de roteiros comportamentais, durante a adolescência, contribuem para um acirramento das crises do relacionamento entre filhos e pais (MUZA 2000).

Uma analogia com os clássicos infantis que tratam da entrada de criaturas inocentes na floresta com as mudanças ocorridas na passagem da infância para a adolescência, em que os filhos pequenos, que no ideal familiar passam de bons para criaturas do mundo, é bastante ilustrativo para os sentimentos vivenciados por mães ou pais quando percebem as mudanças que estão se processando na adolescência (PIPHER,1998).

Essas mães traduzem essas mudanças como evidente situação de vulnerabilidade da integridade física e de vivências constrangedoras, tanto para os próprios filhos como para elas como mães. Percebem seus filhos, algumas vezes, através de estigmas, que demonstram que a criminalidade é consequência de fatores isolados, tais como: pobreza, abandono da escola, inclusão em algumas “tribos” do *hip-hop* ao *break*, o *grafitti*, o *rap* e o uso de drogas, todos entendidos como determinantes de “comportamentos de risco”.

Costa (2005) vai nos chamar a atenção para a justificativa dessa formação ideológica. Para a autora, o processo de pulverizar respostas e responsabilidades para a pobreza e a exclusão desloca-se de determinações socioeconômicas historicamente construídas para o sujeito, culpabilizando-o pelo fracasso individual, pelo não-pertencimento na sociedade de consumo de grupos específicos.

Nessa esteira de culpas e responsabilidades, nas falas das mães a escola perde seu papel ilusório educativo. Deixa um vácuo no imaginário como locus privilegiado de proteção contra o desvio, ao se revelar contraditória e limitada em suas ações, que são perpassadas por questões políticas e socioeconômicas mais amplas, que juntamente a outras instituições contribuem

para o status quo, perpetuando o quadro social de exclusão ao longo de gerações (GUIDDENS, 2005).

Nesse contexto, quando as mães percebem-se necessitando de ajuda para sustentar essa etapa da vida de seus filhos, o fato é que os recursos comunitários são escassos, e é nesse momento que o acúmulo de experiência de vida dessas mães se revela como um recurso poderoso em defesa da vida de seus filhos, mas não sem gerar muito sofrimento para a díade.

Essas vivências geram nestas mães sentimentos de solidão, culpa, medo da acusação de não terem sido boas mães, falta de saída, dão eco a uma caricatura, a uma imagem, por vezes, distorcida. Esta caricatura traz em seu bojo a representação de que é nessa fase da vida que se perde o controle, mesmo que ilusório, sobre os filhos.

Nesse quadro, um comportamento persiste em suas tentativas de resolver e enfrentar as dificuldades em um movimento com erros e acertos: a “fé” que sustenta a esperança de dias melhores diante dos novos desafios trazidos pelos filhos.

#### **4.2.2 Segundo Eixo Temático “A adolescência”**

##### **4.2.2.1 Classe temática 4 – “A percepção da mãe sobre adolescência”**

A classe 04 é a classe do eixo (2), *a adolescência*. Nesse eixo estão aglutinados 72% do total das falas dos sujeitos da pesquisa. Percentualmente esse é o eixo temático e a classe que mais aglutina palavras.

As falas revelam a adolescência como um tempo ainda em construção e nessa construção o negativo, o arriscado é central nas falas das mulheres. Além de se atribuir a essa etapa da vida uma perda do controle sobre o filho e de um sentimento inexplicável de que o pior venha a acontecer. O pior está corporificado com a possibilidade de o adolescente se envolver com drogas, “ir para a rua”, correr o risco de ter uma morte trágica.

TABELA 1 - Palavras mais significativas da classe 4.

Palavras relevantes (na classe 4)	f (no <i>corpus</i> )	% (na classe)	x <sup>2</sup>
Passar	10	100,0	14.15
Rua	32	90,5	6.47
Coisa	63	85,7	7.90
Estou	32	93,7	8.73
Faço	10	100,0	17.78
Falo	41	100,0	18.84
Gente	46	78,0	6.40
Nada	31	90,3	6.05
Não	246	78,9	26.77
Nenhum	6	100,0	2.46
Quer	31	96,8	10.85
Tem	84	92,9	25.57
72%e variância explicada			

As mães falam dessa etapa da vida declarando desconhecimento e incapacidade de compreensão do que está acontecendo. As suas falas estão delineadas pela expectativa do que possa vir a acontecer e impotência frente à perda da autoridade.

Eu não sei o que está acontecendo com ele. Ele não me obedece, né? E também não vai para o colégio, não se interessa, não sei qual é o rumo dele, ele sai daqui com mochila nas costas [...].Ele é muito fechado, para falar tem que forçar muito, ele fica mentindo, se forçar muito, vige! Ele é muito nervoso, se você não deixar ele ir para a rua, vige! (S01,33 a,Efi, Tri)

Ele responde, não, não estou fazendo essas coisas não, e fica caladinho. Mas tenho medo por causa das amigades dele, ele tem um amigo de 14 anos que até usando arma está. Eu fui chamada no colégio e o diretor me contou (Suj 13, 31 a, Efi, Tri)\*

Suas falas vão em direção a uma “coisa” que as deixa em sobreaviso, é como se os sentidos estivessem enviando mensagens que alertam para um perigo de um filho que está se perdendo e suas conseqüências. A partir de uma leitura que fazem de alguns elementos presentes no cotidiano, identificam sinais que são indicativos de que a situação é de perigo. O longo tempo em que os filhos ficam na rua, o abandono escolar, são alguns desses sinais.

Para Arpini (2003), em nossa sociedade, o fato de alguns adolescentes, andarem freqüentemente pela rua, não terem trabalho, estarem fora da escola, faz com que esses sujeitos sejam diagnosticados como delinqüentes, como seres faltantes com a sociedade. Essas acusações, que individualizam e culpabilizam, funcionam como suporte identificatório de auto-exclusão do pacto social, indiferença moral, gerando a acusação para estes e seus pais de

devedores para com a sociedade, por serem os únicos responsáveis pela sua “desqualificação social”.

[...] eu estou para enlouquecer, eu tenho medo. O que vai ser desse menino? Não estuda, só quer saber de ficar na rua, eu pergunto: o que ele vai ganhar ficando na rua? (S08,35 a, Efi, Des)\*.

[...] isso me preocupa demais, eu fico angustiada, não trabalho direito, eu fico pensando se ele foi ou não foi pra escola, o que tá fazendo (S01,33 a, Efi, Tri)

[...] outra coisa, o vocabulário dele mudou, fala assim cheio de gíria, todo estranho, sei lá, sem modos, e aí, cara! Assim, eu não sei não [...] só eu sei como eu fico, vendo meu filho assim. Tem uma dor aqui dentro, que não passa, só de pensar o que vai ser desse menino, onde esse menino está, o que está fazendo, será que está se metendo com o filho dos outros, sei lá. Meu filho não me diz o que está fazendo (S 05,47 a, Efi, Des)\*.

Quando reconhecem que seus filhos estão deixando de ser crianças, que estão em uma fase transitória para a vida adulta, as falas traduzem um inconformismo em relação às mudanças de comportamento que percebem nos adolescentes. As mães fazem analogia tendo como referência o modo de vida de gerações anteriores. No entanto, não levam em consideração as circunstâncias familiares, sociais e temporais em suas reflexões. Elas fazem um recorte do comportamento do filho, comparado-o com outros, como pais, irmãos, enteados, quando tinham a mesma idade .

E esses meninos hoje? Minha mãe criou um monte de filhos, éramos pobres, mas não dávamos essa preocupação toda não, [...] eu falo para eles. Eu não sei, eu não tenho mais forças, eu fico triste, muito triste, não falo mais nada, eu tenho muito medo, penso assim, ai, meu Deus, o que vai ser desses meninos? (S08,35 a, Efi, Des)\*.

Meu companheiro fica preocupado, ele tem outros filhos (adultos) de um outro casamento e nenhum deles deu certo. Ele conversa com o meu filho e fala desse exemplo de seus filhos (S 05,47 a, Efi, Desi)\*.

A expectativa do pior destino para seus filhos não é algo vazio, desprovido de sentido. O pensamento individual tem raízes sociais e é essa interação entre o individual e o social que permeia o processo de aproximação com a realidade (ARPINI, 2003).

As histórias de medos e insegurança em relação aos riscos sociais e de integridade física dos adolescentes que estão se lançando para novas experiências acontecem no espaço do particular, porém pertencem a uma realidade social mais ampla e com ela interage na formação do pensamento individual.

*Dados da Secretaria de Saúde do DF, do Ministério da Saúde e do Observatório de Violências da Universidade de Brasília (UnB), em 2001, já mostravam que a região administrativa mais violenta do DF é o Paranoá. Lá, a taxa de homicídio, em 2000, foi de 54,1 homicídios para cada 100 mil habitantes. Ao analisar as regiões administrativas em grupos de acordo com a renda, observa-se que a maior proporção de homicídios está concentrada nos locais onde o rendimento*

médio mensal é menor (*SECOM/UnB, 2005*). Contudo, o dado referente ao nível de renda não explica isoladamente a violência, não corresponde a uma simples relação de causa e efeito. Há outros fatores que contribuem para o fenômeno que se vinculam com a imensa injustiça social no Brasil.

O acervo social disponível para essas mães apresenta no cotidiano a ameaça à integridade e o constrangimento de seus filhos, que lhes é posta pelo familiar, pelo vivido, pelo compartilhado com outras mães ou visto na imprensa. Mas em um esforço para além do vivido, das condições apresentadas, não o é no que se refere ao projeto traçado para ele(a). É nessa mistura de sentimentos e referenciais que é construída a representação social da adolescência como momento de perigo e geradora de muita angústia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação versa sobre a representação social de um grupo de mães acerca da etapa da vida que é denominada como adolescência. As vivências peculiares a essa fase, têm um tempo cronológico que pode ser considerado de curta duração numa existência, mas as mudanças que se processam nessa etapa fazem como que ela se pareça longa para aqueles que dela compartilham.

A composição deste trabalho foi enriquecida com uma revisão bibliográfica centrada nas especificidades dessa etapa da vida e do cenário socioeconômico em que a investigação foi realizada. As mães foram as principais personagens que inspiraram na direção dos pontos aqui tratados: adolescência, vulnerabilidade e família (aspectos conceituais; adolescência e o impacto da pobreza econômica e vulnerabilidade social; adolescência e o risco de morte; mudanças na família), particularidades das mães e dos filhos: manifestações expressas nas entrevistas (trajetória da família - contexto familiar quando da chegada de seus filhos (as); trajetória da mãe: da gestação às novas situações vividas no pós-parto; trajetória do adolescente na visão da mãe - conceituando adolescência).

Para identificar as representações das mães acerca da adolescência se fez necessário localizar um conjunto de elementos compartilhados por um grupo de mães a partir das histórias de vida relatadas e da contextualização socioeconômica e cultural, o que dá significado àquele contexto no qual se insere e é por ele ressignificado.

Assim, a partir do reconhecimento das representações sociais dessas mães acerca da adolescência de seus filhos, faz-se necessário emergir novos caminhos na compreensão das demandas trazidas por mães em relação à díade mãe e filho(a) adolescente(s), e uma aproximação com o espaço privado desses adolescentes, ou seja, como eles são reconhecidos pela figura, muitas vezes única, de referência na família, a mãe.

Em outras palavras, isso implica pensar essa temática para além dos conceitos norteadores da academia, para além das conversas do dia-a-dia ou das proposições, geralmente duras, dos meios de comunicação sobre a competência de pais e mães de adolescentes e a relação que estabelecem com seus filhos em dada realidade social.

A teoria das representações sociais busca o conhecimento da interpretação dos sujeitos sobre a realidade vivida. Nesse processo de interpretação do real, os sujeitos revelam como se representam e como entendem o outro, considerando os aspectos sociais e individuais enriquecidos pelas experiências e embates que são lastros que podem trazer à luz aspectos

latentes na compreensão das relações e da realidade. Neste caso, das mães e filhos adolescentes que demandam atendimento nos serviços de saúde da comunidade do Paranoá.

Os profissionais, ao apoderaram-se de métodos que possam identificar representações sociais, têm em suas mãos instrumentos que possibilitam ir além das normas e rotinas que fazem parte da organização da maioria das instituições públicas de saúde. Esse caminho abre clareiras na construção de um paradigma que tem como pressuposto o reconhecimento de múltiplos fatores como desencadeantes de necessidades que levam à busca dos serviços.

A síntese desse processo de pesquisa permitiu apontar para o necessário desafio de se incluir outros instrumentos no processo de trabalho dos profissionais de saúde que têm como campo de intervenção a adolescência e a família, para que possam dar um norte que permita reconstituir o potencial humano tantas vezes estagnado por contingências adversas.

Este trabalho de pesquisa em relação à experiência de vida dessas mães na formação de sua família e na relação com seus filhos, agora adolescentes, demonstra um conjunto de vivências comuns, em que a violência, o álcool, a rejeição, a solidão configuram o espaço da casa, do lar, e vão permeando toda a relação de mães e filhos.

Nessas famílias, em sua maioria, a mãe é a única referência da família, dada a ausência da figura paterna, seja por abandono ou pela degradação humana promovida pelo álcool. Identificamos uma insuficiência de uma rede de proteção da mulher e de seus filhos em qualquer fase de suas vidas e aí está o problema. O problema não reside nas formas de organizar a vida, todas estão no plano do humano, complexo e com múltiplas possibilidades.

A construção negativa da adolescência para essas mães se estabelece dentro de um contexto de abandono. Assim, a adolescência com suas inúmeras determinações e ambivalências se apresenta como o lugar em que se pode perder o rumo do caminho certo, lugar que se distancia do “mundo real”, percebido normalmente pelas determinações a serem cumpridas para se tornarem “pessoas de bem”.

Essa ameaça traz a representação de que é nessa fase da vida que elas perde o controle sobre os filhos. Esta perda de controle, mesmo que ilusório, gera medo e leva à busca de quem é o culpado pela ameaça a qual o filho(a) está exposto e não encontram respostas. Nessa busca pesa a avaliação quanto à sua própria de competência por não ter dado conta da missão a qual se atribuiu e foi a ela atribuída. Assim, as mães são colocadas no limite de suas possibilidades, o que simbolicamente veda seus olhos para o encontro de saídas frente às dificuldades.

Ao identificarmos as situações adversas na possibilidade de cuidados e atenção na díade mãe e filhos adolescentes que se delinea pela representação social da adolescência apreendida por essas mães dentro de seu contexto, constatamos que a ênfase em um trabalho de promoção e prevenção da saúde integral desses sujeitos deve superar o distanciamento fomentado pelo trabalho curativo, pontual, e converge para a construção urgente de estratégias que nos aproxime mais do cotidiano dessa comunidade, que amplie a noção de saúde e considere o diálogo a partir do respeito aos valores e diferenças, sobretudo acreditando que o diferente não se configura em algo a espera de intervenções adaptativas homogêneas, mas sim em uma outra lógica de se orientar na vida.

Acredito que o acolhimento de mães e pais, a partir de uma postura de aceitação, livre de julgamentos, mas ávida de vontade de conhecer áreas em que as famílias estão íntegras, aliado a uma avaliação realista de seu ambiente, é condutor de um descortinar de aspectos da vida desses sujeitos, aspectos poderosos de significados e elementos promovedores de cura em sua relação com os filhos adolescentes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRATECOM. Associação Brasileira de Terapia Comunitária. Disponível em: <<http://www.abratecom.org.br/terapiacomunitaria.asp>>. Acesso em: 10 fev 2007.
- ALBERTI, Sonia. *O Adolescente e o Outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- ARAUJO, Raquel Moraes Sampaio. *Conocimientos, actitudes y prácticas sobre aspectos de la sexualidad em adolescentes*. Dissertação (Mestrado). Cuba: Escuela Nacional de Salud Pública, 2002.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.
- ARPINI, Dorian Mônica. *Violência e exclusão: adolescência em grupos populares*. Bauru: EDUSC, 2003.
- BECKER, Daniel. *O que é adolescência*. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 2003 (Coleção Primeiros Passos nº 159).
- BELMONTE, Pilar R *et al.* *Temas de Saúde Mental*. Textos Básicos do Curso Básico de Acompanhamento Domiciliar - CBD. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 1998.
- BEZERRA, Valdi Craveiro. *A família, o adolescente e o uso de drogas*. In: Schor, Nélia *et al.* Cadernos juventude, saúde e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, Secretária de Política de Saúde, 1999.
- BOSI, Ecléia. *Memória e sociedade: Lembrança de velhos*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOFF, Leonardo. *Princípio de compaixão e cuidado*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. *Lei Federal 8.069 de 13/07/90*, 1990.
- \_\_\_\_\_. Constituição Federal Brasileira. República Federativa do Brasil: Saivá. São Paulo, 1999.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Política da Saúde. *Violência intrafamiliar: Orientação para prática em serviço/ Secretaria de Políticas de Saúde*. Brasília;Ministério da Saúde, 2001.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social:Política Nacional de Assistência Social-PNAS/2004 & Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. *Informação e análise de situação de saúde*. Disponível em: <<http://www.saúde.gov.br>>. Acesso em: 06 fev 2007.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Atenção a Saúde. Área de saúde do Adolescente e do Jovem. *Marco legal: Saúde um direito do adolescente e do jovem*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. Brasília: Ministério da Saúde, Distrito Federal. Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica. Sistema de Informação e Avaliação em Saúde. *Relatório de Eventos Vitais 2005/Distrito Federal*. Brasília, 2006.
- BRASÍLIA. Secretaria de Estado de Ação Social - SEAS/DF. Centro de Desenvolvimento Social-CDS. Paranoá, 2004.
- CADERNO ABONG. *Criança, adolescência e violência*. Subsídios à IV Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. São Paulo: ABONG, 2001.

- CARVALHO, Maria Do Carmo Brant. *O lugar da família na política social*. In: Silva, Luiz A. Palma et al. Aspectos conceituais e questões metodológicas em projetos. Brasília: MPAS/SAS. São Paulo: FUNDAP, 1998.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- CHIESA, Ana Maria et al. *Princípios gerais para a abordagem de variáveis qualitativas e o emprego da metodologia*. In: Chiesa, Ana Maria et al. A classificação internacional das práticas de enfermagem em saúde coletiva. CIPES. vol. 3 Brasília: Fundação Kellogg e Associação Brasileira de Enfermagem, 1999, p.306-324.
- CIAMPONE, Maria Helena Trench. *Uma proposta de intervenção baseada na família*. In: Penteado, Ângela Figueiredo Camargo et al. Famílias: aspectos conceituais e questões metodológicas em projetos. Brasília: MPAS/SAS; São Paulo: FUNDAP, 1998.
- COSTA, Maria das Dores. *Administração da produção doméstica e representação da força de trabalho das famílias inseridas no setor informal de Natal, RN*. In: Revista de Serviço Social & Sociedade. n. 33, Ano XI. São Paulo, Cortez, 1990.
- COSTA, Ana Paula Motta. Adolescência, violência e sociedade punitiva. In: Revista de Serviço Social & Sociedade. n. 83, Ano XXVI. São Paulo, Cortez, 2005.
- COUTINHO, Maria da Penha de Lima. *Depressão infantil e representação social*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005.
- DALBOSCO, Carla. *Ressonância da morte violenta de adolescentes e jovens: estudo teórico clínico de família em sofrimento*. Dissertação (Mestrado). Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. Brasília, 2006.
- DEMO, Pedro. *Charme da exclusão social*. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.
- DIMENSTEIN, Gilberto. *O Cidadão de papel: A infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Ática, 1993.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Saúde. *Dados estatísticos do serviço médico hospitalar*. Disponível em: <<http://www.saude.df.gov>>. Acesso em: 06 fev 2007.
- \_\_\_\_\_. *Projeto multissetorial integrado de educação em população, sexualidade e saúde reprodutiva na adolescência*. Relatório de Pesquisa no Paranoá. Brasília, 1996.
- DONZELOT, Jacques. *Da polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- ECOS, ESTUDO E COMUNICAÇÃO EM SEXUALIDADE E REPRODUÇÃO HUMANA. *Puberdade e adolescência: Grandes mudanças*. In: Adolescentes: pensando juntos - manual do facilitador. Brasília: Secretaria de Saúde, 2003.
- EISENSTADT, S. N. *De geração a geração*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- ERIKSON, Eric H. *Identidade, juventude e crise*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FERRIANI, Maria das Graças Carvalho et al. *Título do trabalho*. In: (Org.) Adolscer: compreender, atuar, acolher. Brasília: Associação Brasileira de Enfermagem, 2001.
- FIBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de Indicadores Sociais 2002*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/12062003indec2002.shtm>>. Acesso em: 14 nov 2007.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

FUKUI, Lia. *Família: Conceitos, transformações nas últimas décadas e paradigmas*. In: Penteado, Ângela Figueiredo Camargo et al. *Famílias: aspectos conceituais e questões metodológicas em projetos*. Brasília: MPAS/SAS; São Paulo: FUNDAP, 1998.

GALLIANO, Luciano. *Dicionário de sociologia*. São Paulo: Paulus, 2005.

GONÇALVES, Eliane. *Vidas no singular: noções sobre “mulheres sós” no Brasil contemporâneo*. Tese (de doutorado). Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de filosofia e Ciências Humanas, 2007.

GUARESCHI, Neusa Maria de Fátima. *A criança e a representação social de poder e autoridade: negação da infância e afirmação da vida adulta*. In: Spink, Mary Jane. *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

GUARESCHI, Pedrinho A. et al. *Textos de representações sociais*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

GUIDDENS, Antony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

\_\_\_\_\_. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Volência de pais conta filhos: a tragédia revisitada*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

JODELET, Denise. *Presença da cultura no campo da saúde*. In: Almeida, Ângela Maria de Oliveira et al. *Violência, exclusão social e desenvolvimento humano: estudos em representações sociais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

JR, WILLIAMS A. H. Valentine et al. In: Pita, Ana. *Reabilitação psicossocial no Brasil*. São Paulo: Editora Hicitec, 1996.

KEHL, Maria Rita. *A juventude como sintoma da cultura*. In: Vannuch, Paulo et al. *Juventude e Sociedade: Trabalho e educação, cultura e participação*. Fundação Perseu Abramo, 2004.

KALOUSTIAN, Silvio m.(org). *Família brasileira: a base de tudo*. São Paulo; Cortez; Brasília, DF. UNICEF, 1994.

KOLTAI, Catarina. *Política e psicanálise*. São Paulo: Escuta, 2000.

LAKATO, Eva Maria. *Sociologia Geral*. 7ªed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, Fernanda Souza. *Rap, juventude e identidade*. In: Souza Jr, José Geraldo de et al. *Educando para os direitos humanos: pautas pedagógicas para a cidadania na universidade*. Porto Alegre: Síntese, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. 3 ed. Rio de Janeiro: HUCITEC-Abrasco, 1994.

\_\_\_\_\_. *O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica*. In: Guareschi, Pedrinho A. et al. *Textos de representações sociais*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

MINAYO-GOMES, Carlos; MEIRELES, Zilah Vieira. *Crianças e adolescentes trabalhadores: um compromisso para a saúde pública*. Caderno de Saúde Pública, v. 13, supl. 2, 1997, p.135-140.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. *Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis*. In: Capacitação em serviço social e política social, modulo 4: trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UnB, CEAD, 2000.

MOSCOVICI, Serge. *A era das representações sociais*. Tradução: Profª. Maria Helena Fávero (IP/UnB. Original: “L’ère des représentations sociales” Em: Doise e Palmonari, A. (esp.) *Létudes des représentations sociales*. Neuchatel - Paris: Delachaux et Niestlé), 1986, p.334-80.

\_\_\_\_\_. *Representações sociais: Investigação em psicologia social*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

- MUZA, Gilson Maestrini. *No labor do segundo parto*. Brasília:/Mimeografado/, 2000.
- NOVAES, Regina et al (org). *Juventude e Sociedade; trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- ODÁLIO, Nilo. *O que é violência*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- OPAS, Organização Panamericana de Saúde. *O marco conceitual da saúde integral do adolescente e de seu cuidado*. Washington: OPAS, 1990.
- OUTEIRAL, José. *Adolescer: estudo revisado sobre adolescência*. Rio de Janeiro: Revinter, 2003.
- PEREIRA, Silvana Maria. *Título do trabalho*. In: (org.). *Adolescer: compreender, atuar, acolher*. Brasília: Associação Brasileira de Enfermagem, 2001.
- PIPHER, Mary Bay. *O resgate de Ofélia: salvando a personalidade das adolescentes*. São Paulo: Martina Fonte, 1998.
- RAMOS, Flávia Regina Souza et al. *Bases para uma re-significação do trabalho de enfermagem junto a adolescente*. In: *Adolescer: compreender, atuar, acolher: Projeto Acolher/Associação Brasileira de Enfermagem*. Brasília: ABEn, 2001.
- REVISTA RADIS. Comissão Nacional Sobre Determinantes Sociais da Saúde. *Um ano de muito trabalho e muita expectativa*. n. 55, 2007. Disponível em: <[www.ensp.fiocruz.br/radis/55/02.html](http://www.ensp.fiocruz.br/radis/55/02.html)>. Acesso em: 14 out 2007.
- RIBEIRO, Aldry Sandro Monteiro. *A Homossexualidade masculina: vivências e significados*. In: Almeida, Ângela Maria de Oliveira et al. *Violência, exclusão social e desenvolvimento humano: estudos em representações sociais*. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIGOTA, Marcos. *Meio ambiente e representação social*. São Paulo, Cortez, 2001.
- ROSSATO, Verginia Medianeira Dallago; KIRCHHOF, Ana Lúcia Cardoso. *Famílias alcoolistas: a busca de nexos de manutenção, acomodação e repadronização de comportamentos alcoolistas*. Rev. gaúcha enferm., Jun 2006, vol. 27, n. 2, p.251-257.
- SÁ, Celso Pereira de. *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria*. In: Spink, Mary Jane. *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- SAITO, Maria Ignez et al. *Adolescência: prevenção e risco*. São Paulo: Atheneu, 2001.
- SAMARA, Eni Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Tudo é história, n. 71).
- SAMPAIO, José Jackson Coelho et al. *A experiência do centro de atenção psicossocial e o movimento brasileiro de reforma psiquiátrica*. In: Pita Ana. *Reabilitação psicossocial no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SARTI, Cyntihia. *O jovem na família: o outro necessário*. In: Vannuch, Paulo et al. *Juventude e Sociedade: Trabalho e educação, cultura e participação*. Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SECOM. Secretaria de comunicação da Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://www.secom.unb.br/bcopauta/violencia1.htm>>. Acesso em: 29.01.08.
- SENAD. Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escola pública/Secretaria Nacional Antidrogas, Ministério da Educação. Universidade de Brasília. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

- SILVIA , Helena de Oliveira et al. *Análise de violência contra criança e adolescente segundo o ciclo de vida no Brasil*. São Paulo:Globo, Brasília.UNICEF, 2005.
- SOARES, Laura Tavares. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2000.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Juventude e violência no Brasil contemporâneo*. In: Novaes, Regina et al. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SPINK, Mary Jane. *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- STRAUS, Marta B. *Violência na vida de adolescentes: Como encontrar saída para o jovem na difícil realidade contemporânea*. São Paulo: Beste Seller, 1994.
- TAKASHIMA, Geny M. Karazawa. In: Kaloustian, Silvio Manoug. *Família Brasileira, a base de tudo*. São Paulo: Cortez; Brasília/DF: UNICEF, 1994.
- TUYAMA, Ana Paula Oliveira Reis. *Manual de atenção à saúde do adolescente*. Brasília: Fundação de Ensino Pesquisa em Ciências da Saúde, 2006.
- VASCONCELOS, Eymard Mourão. *Educação popular e a atenção à saúde da família*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- VOLPI, Mário. *Sem liberdade, sem direitos: a experiência da privação da liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a lei*. São Paulo: Cortez, 2001.
- VYGOTSKI, L.S. *A formação Social da mente*. 5.ed.São Paulo: Martins Fontes,1994.
- WASELFISF, Júlio Jacobo. *Relatório de desenvolvimento juvenil*, 2003. Brasília: Unesco, 2004.
- WAGNER Wolfgang. *Sócio-gênese e características das representações sociais*. In: Moreira, Antônia Silva Paredes et al. *Estudos interdisciplinares de representações sociais*. Goiânia: AB,1998.
- WEIL, Berta Ferreira. *Adolescência: Teoria e pesquisa*. 2 ed. Porto Alegre:Sulina, 1978.
- YAZBEK, Maria Carmelita. *Assistência Social brasileira: limites e possibilidades na transição do milênio*. In: CADERNO ABONG. *Política de Assistência Social: uma trajetória de avanços e desafios*. Subsídios à III Conferência Nacional de Assistência Social. São Paulo: ABONG, 2001.

## ANEXO 1

## ANEXO 2

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada a participar como voluntária de um estudo chamado “Percepções de Mães de Baixa Renda Sobre a Adolescência de Seus Filhos”. Sob a responsabilidade da pesquisadora Iracema de Abrantes Souto, aluna de mestrado do curso de pós-graduação em Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (UnB) e servidora pública da Secretaria de Saúde do Governo do Distrito Federal, lotada no Centro de Saúde do Paranoá na função de assistente social.

Assim convido você a participar deste estudo, dando a sua colaboração por meio de uma entrevista que será realizada pela pesquisadora (em sua casa ou no local de sua escolha) com você. A entrevista será gravada e depois transcrita (escrita em um papel). Portanto, para realizar a entrevista e utilizar o conteúdo dela no estudo, ou seja, o que você falou com a finalidade de analisar como você percebe a adolescência de seu(s) filho(s) ou filha(s) e como você lida com os problemas e dificuldades apresentados por ele(s) ou ela(s), é necessário que você queira participar da entrevista. Querendo participar, é necessária a assinatura deste documento autorizando a entrevista gravada para a transcrição e possível utilização no estudo.

O interesse desse estudo se deve ao fato de que, no dia-a-dia, como assistente social nesta comunidade, ao longo dos anos, venho sendo bastante solicitada no sentido de ajudar mães a lidarem com as dificuldades na relação com seu(s) filho(s) ou filha(s) adolescentes. Logo, entendi que um estudo sobre mães de adolescentes e suas dificuldades seria bastante proveitoso para melhor entender esta situação. Assim, resolvi realizar esse estudo.

Você poderá ter todas as informações que quiser, e ter qualquer dúvida esclarecida sobre o estudo sempre que solicitar, inclusive o resultado final do estudo. Você poderá não participar da pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento sem qualquer impedimento, bastando manifestar o desejo de não mais participar, sem qualquer prejuízo ou qualquer sanção. A sua decisão de não participar da pesquisa não pode, de nenhum modo, prejudicar seu direito de qualquer atendimento no serviço público de saúde.

Pelas entrevistas, você não pagará nenhum valor em dinheiro, não terá nenhum gasto, e não receberá nenhum valor em dinheiro e terá a garantia de que seu nome não aparecerá em nenhum momento, pois você será identificada somente por nome fictício (nome inventado, falso). Não haverá em hipótese alguma identificação por nome ou endereço das pessoas que concederam entrevista e nem nomes de terceiros citados na entrevista. Você também pode recusar-se a responder qualquer pergunta na entrevista sem a necessidade de qualquer justificativa pela recusa em responder.

Visto isto, abaixo há o espaço para a sua assinatura, concordando em participar, a data e a assinatura e telefones da pesquisadora. Você assinando este documento, uma via ficará com a pesquisadora e outra com você.

Eu \_\_\_\_\_, li e ouvi o esclarecimento acima e compreendi como se dará a minha participação e a finalidade do estudo. Eu entendi que sou livre para a qualquer momento desistir da participação assim como me recusar em responder qualquer pergunta na entrevista, sem qualquer justificativa da minha decisão, e que isso não acarretará qualquer prejuízo para mim. Sei que meu nome não será em hipótese alguma identificado ou meu endereço e nem nomes de terceiros, citados na entrevista, e pela entrevista não receberei qualquer valor em dinheiro e terei direito de solicitar esclarecimentos sobre a pesquisa a qualquer momento. **Estando de acordo com os termos da concessão da entrevista, eu concordo em participar.**

**Data:**.....

---

Entrevistada Pesquisadora

(tel:843 83481 ou 3369-1467)

FEPECS/SES-DF-COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA: TEL. 3325-4955

**ANEXO 3**  
**ROTEIRO PARA ENTREVISTA**

Formulário No: \_\_\_\_\_

- 1) Data: —/—/—
- 2) Identificação (pseudônimo): \_\_\_\_\_
- 3) Estado de Origem: \_\_\_\_\_
- 4) Tempo de residência no DF: \_\_\_\_\_
- 5) Composição familiar:

1o Nome	Idade	Grau de Parentesco	Escolaridade	Ocupação	Naturalidade

- 6) Renda familiar: \_\_\_\_\_
- 7) Me fale sobre seu filho (a) deste o seu nascimento até hoje?
- 8) Como você se sente sendo mãe de adolescente?
- 9) Quais os problemas e dificuldades que seu/sua filho(a) adolescente apresenta atualmente?
- 10) Como isso afeta você? E o restante da família?
- 11) Como você lida com essas dificuldades?
- 12) Quais as pessoas ou local você procura para lhe ajudarem a resolver esses problemas?